



MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

LEI N° 1622/2015

MARÇO/2015

PAULO CESAR FEYH

Prefeito Municipal

ANA MARIA GORGEN

Vice-Prefeito

SOLANGE LURDES FERREIRA

Presidente da Câmara de Vereadores

JOÃO LAUFER

CÉSAR ALEXANDRE SEIDEL

LUIS CARLOS BECKER

TIAGO FERNANDO HANSEL

GISLAINE BERGAMO DOS SANTOS

VILMA DOLORES KARKOW

CLEUNICE MAJOLO

ROMALDO GÖRGEN

Vereadores

RUTH DOS REIS JUWER

Secretária de Educação, Cultura e Esportes.

ADRIANA LEOBET BREGOLI

Chefe do Setor de Ensino

LEILA CRISTINA DARONCH ADAMS

Coordenação Geral do Plano Municipal de Educação

GRUPOS DE TRABALHO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE QUATRO PONTES

MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA DEMANDA

Ruth Dos Reis Juwer
Andrea Regina Dresch Rauber
Scheila Andreia Lang Kusmirski
Cleide Cristine Paetzold Mombach
Vilma Karkow

CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

EDUCAÇÃO INFANTIL

Paula Rejane Becker
Angélica Borelli Fridrich
Mônica Bokorni de Queiróz
Soeli Gorzelanski Trenkel
Angela Cristina Rediess
Luciane Fernanda Keller Kerkhoven
Ana Maria Gottselig
Genir Terezinha Finkler Wammes
Daiane Schneider Pereira
Luana Vanessa Henz
Luana Patrícia Neunfeld
Vera dos Santos Meier
Noemi Teresinha Liczowski
Marilde Faccin
Cleide Cristine Paetzold Mombach

ENSINO FUNDAMENTAL

Vilma Dolores Karkow
Ilone Dapper Bremm
Scheila Andreia Lang Kusmirski
Andréa Dresch Rauber
Priscila Rossato
Renite Maria Rohden
Claci Sulzbacher Rambo
Neliane Giacominni Nied
Roseni Trindade

ENSINO MÉDIO

Rosemere Poersch
Nilce Teresinha Stein
Rosecleide Poersch
Laci Marcia Muller Bergmaier
Carlos Miguel de Britto
Fernanda Maltauro
Silvane Diesel
Vanice Klein
Thais Caroline Moreira da Silva
Dagmar Moreira da Rocha
Miguel de Britto

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Sonia de Fátima C. Scheitel dos Passos
Roseli Unfried
José Graciano da Silva
Marcelo Uecker
Marcio Schmidt
Alan Rodrigues Fernandes
Mauricio Alencar Munevek
Juan David Jesus da Silva
Sandro Andre Schroder Hoffmann

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS e FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Juliana Neitzke Benitez
Roselene Sauer Deves
Laita Garcia
Nataline Fabris
Paula Cristina Lorenz Neto
Roseli Nicaretta Finkler
Delnice Deise Schmitz Zimmer
Vilse Terezinha Giacomini Paetzold
Marizete Conceição de Almeida
Carine Frare Colla Sauer
Daiane Aline Bosenbecker

EDUCAÇÃO SUPERIOR

Evaristo Ferreira Vilha
Édina Kinzler
Luiz Paulo Schaedler

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Dirlei Scherer Sand
Sandra Denise Theisen das Flores
Angela Dulce Maffei
Juçara Deimling Feldhaus
Miriam Maristela Grebin Stenzel

FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Elveni Adams Scherer
Bernadete Wammes Metz
Roseli Siebert Rosler
Maria Thomas
Greides Gomes
Marlene Vergutz
Noeli Radtke
Juliana Dani

Leila Cristiane Kuhn Philippsen
Michele Aparecida Igenfritz
Soeli Maria Vergutz
Ilaine Weimer
Erna Krohn
Iris Vergutz
Danieli Krause
Dulce Maria Reis
Raquely Ringenberg

FINANCIAMENTO E GESTÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Neivo Brill
Jéssica Wagner
Rosali Freiburger Schmoeller
Vando Golfetto
Juliano Lang

Sumário

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	10
LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS	13
LISTA DE TABELAS	13
I – INTRODUÇÃO	16
II - CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO	17
1 ASPECTOS GEOGRÁFICOS	17
2 ASPECTOS HISTÓRICOS	20
2.1 Origem do Nome	20
2.2 Colonização	20
2.3 Símbolos Municipais	22
2.3.1 Brasão de Armas Municipal	22
2.3.2 Bandeira Municipal	25
2.3.3 Hino Municipal	27
3 ASPECTOS POPULACIONAIS	28
4 ASPECTOS SOCIOECONOMICOS	29
4.1 Setor Primário	29
4.1.1 Agricultura	29
4.1.2 Pecuária	30
4.1.3 Agroindústria	31
4.1.4 Extrativismo mineral	32
4.1.5 Feira do Produtor	32
4.2 Setor Secundário	33
5 ASPECTOS CULTURAIS	34
6 ASPECTOS EDUCACIONAIS	37
III – Metas do Plano Nacional de Educação	38
IV - NÍVEIS DE ENSINO	43
A - EDUCAÇÃO BÁSICA	43
1 EDUCAÇÃO INFANTIL	46
1.1 Diagnóstico	46
1.1.1 Atendimento	46
1.1.2 Infraestrutura	47
1.1.3 Recursos humanos	48
1.1.4 Considerações finais	49
1.2 Diretrizes	49
1.3 Estratégias	51

2 ENSINO FUNDAMENTAL	54
2.1 Diagnóstico	54
2.1.1 Atendimento	54
2.1.2 Matrículas.....	54
2.1.3 Ensino Fundamental de nove anos	55
2.1.4 Indicadores de Qualidade do Ensino.....	56
2.1.5 Recursos Humanos.....	58
2.1.6 Projetos	59
2.2 Diretrizes.....	61
2.3 Estratégias.....	62
3 ENSINO MÉDIO	73
3.1 Diagnóstico	73
3.1.1 Contexto.....	73
3.1.2 Atendimento	74
3.1.3 Matrículas.....	75
3.1.4 Infraestrutura.....	76
3.1.5 Indicadores de Qualidade do Ensino Médio.....	78
3.1.6 Ações, Políticas e Programas Educacionais.....	83
3.2 Diretrizes.....	86
3.3 Estratégias.....	87
B - EDUCAÇÃO SUPERIOR	91
4 EDUCAÇÃO SUPERIOR	91
4.1 Diagnóstico	91
4.2 Diretrizes.....	93
4.3 Estratégias.....	93
V - MODALIDADES DE ENSINO	95
5 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	95
5.1 Diagnóstico	95
5.2 Diretrizes.....	96
5.3 Estratégias	96
6 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS e FORMAÇÃO PROFISSIONAL	98
6.1 Diagnóstico	98
6.1.1 Educação à distância, educação tecnológica e formação profissional.....	98
6.2 Diretrizes.....	99
6.3 Estratégias.....	100
7 EDUCAÇÃO ESPECIAL	101

7.1 Diagnóstico	102
7.2 Diretrizes.....	103
7.3 Estratégias.....	104
VI - MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	110
8 FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO	111
8.1 Diagnóstico	111
8.1.1 Plano de Carreira do Magistério Público Municipal.....	111
8.1.2 Quadro funcional da rede municipal de Ensino.....	113
8.2 Diretrizes.....	114
8.3 Estratégias.....	115
VII - FINANCIAMENTO E GESTÃO	118
9 FINANCIAMENTO E GESTÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	118
9.1 Diagnóstico do Financiamento.....	118
9.2 Diagnóstico da Gestão.....	121
9.2.1 Organização.....	121
9.2.2 Gestão da rede municipal de ensino	122
9.2.3 Programas.....	123
9.2.4 Órgãos colegiados	127
9.3 Diretrizes.....	128
9.4 Estratégias.....	129
VIII - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO	133
DOCUMENTOS CONSULTADOS.....	135

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACIQUAP	Associação Comercial e Empresarial de Quatro Pontes
AMOP	Associação dos Municípios do Oeste do Paraná
APAE	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais
APMF	Associação de Pais, Mestres e Funcionários.
APADA	Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos
APUVITIS	Associação de Produtores de Uva e Vinho de Quatro Pontes
AREJOK	Associação Recreativa e Esportiva José Otto Kuhn
AREL	Associação Recreativa Esportiva Lorenz
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
CACB	Confederação das Associações Comerciais do Brasil
CACIOPAR	Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CAPA	Centro de Apoio ao Pequeno Produtor
CEB	Câmara de Educação Básica
CEEBJA	Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos
CELEM	Centro de Línguas Estrangeiras Modernas
CNE	Conselho Nacional da educação
CNECT	Centro Integrado de Educação, Ciência e Tecnologia.
CF	Constituição Federal Brasileira
UNI CESUMAR	Centro Universitário Cesumar
COMSEA	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
EAD	Educação a Distância
EBS	Elétrica Bio Solar
EF	Ensino Fundamental
EFI	Ensino Fundamental Incompleto
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EM	Ensino Médio
EMATER	Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ERES	Escritórios Regionais de Esporte
FACIAP	Federação das Associações Comerciais e Industriais do Paraná
FAG	Faculdade Assis Gurgacz
FALURB	Faculdade Luterana do Brasil
FASUL	Faculdade do Sul do Brasil
FERA	Festival de Artes da Rede Estudantil
FINAS	Fundo Nacional de Assistência Social
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério

Ha	Hectare
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IES	Instituições de Ensino Superior
IESDE	Inteligência Educacional e Sistemas de Ensino
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e Tecnologia
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
IPVA	Imposto sobre Propriedades de Veículos Auto Motores
ISS	Imposto sobre Serviços
ITBI	Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis
ITDE	Instituto Tecnológico de Desenvolvimento Educacional
ITR	Imposto Territorial Rural
JAA	Jovem Agricultor Aprendiz
JOCOP'S	Jogos Escolares do Paraná
LC	Lei Complementar
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIC	Licenciatura
M ²	Metros Quadrados
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MEI	Microempreendedor Individual
MÊS	Mestrado
MG	Magistério
NRES	Núcleos Regionais de Educação
OBMEP	Olimpíada Brasileira de Matemática
ONG	Organização Não Governamental
PAC	Posto Avançado do CEEBJA
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PEJA	Programa de Educação de Jovens e Adultos
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PME	Plano Municipal de Educação
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROEMI	Programa Ensino Médio Inovador
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSE	Programa Saúde na Escola
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SEAB	Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEED-PR	Secretaria de Estado da Educação do Paraná
SEET	Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço de Aprendizagem Rural
SENART	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SERT	Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SISMÉDIO	Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio no Paraná
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIPAR	Universidade Paranaense
UNI SOCIESC	Sociedade Educacional Santa Catarina
UNOPAR	Universidade Norte do Paraná
UNOESTE	Universidade do Oeste Paulista

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

FIGURA 1	Localização do Município no Estado do Paraná.....	17
FIGURA 2	Municípios limítrofes de Quatro Pontes.....	18
FIGURA 3	Brasão de Armas do Município.....	23
FIGURA 4	Bandeira Municipal.....	26
FIGURA 5	População, 2001 – 2010.....	28
FIGURA 6	Atendimento total da educação básica no Município – 2015.	38
FIGURA 3.1	Análise do IDEB no Colégio Estadual Quatro Pontes- IDEB PR.....	81
FIGURA 3.2	Análise do IDEB no Colégio Estadual Quatro Pontes - IDEB CEQP.....	81
FIGURA 4.1	Municípios mais procurados pelos acadêmicos de Quatro Pontes – 2015.....	92
GRÁFICO 1.1	Evolução das matrículas na Educação Infantil, 2011 – 2015.	47
GRÁFICO 2.1.	Projeções do IDEB para a rede municipal e a rede estadual de ensino, 2007 – 2021.....	58
GRÁFICO 3.1.	Evolução do atendimento do Ensino Médio regular, 2012 – 2015.....	75
GRÁFICO 3.2.	Taxa de aprovação, reprovação e evasão dos alunos do Ensino Médio regular do Colégio Estadual Quatro Pontes, 2011 – 2014.....	78
GRÁFICO 9.1	FUNDEB, 2012 – 2015.....	120

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Ambiente do prédio do CMEI Cantinho Feliz – 2015.....	43
Tabela 2	Ambiente do prédio escolar da Escola Municipal Dona Leopoldina –2015.....	43
Tabela 3	Ambiente do prédio escolar do Colégio Estadual Quatro Pontes – 2015.....	44
Tabela 1.1	Atendimento da Educação Infantil – 2015.....	46
Tabela 1.2	Recursos humanos do Centro de Municipal de Educação Infantil – 2015.....	48
Tabela 1.3	Recursos Humanos dos profissionais da área da Ed. Infantil da Escola Municipal Dona Leopoldina – 2015.....	49
Tabela 2.1	Matrículas do Ensino Fundamental, 2011-2015.....	54
Tabela 2.2	Total de turmas e matrículas do Ensino Fundamental da rede municipal – 2015.....	55
Tabela 2.3	Taxa de aprovação e reprovação dos alunos do Ensino Fundamental da rede municipal, 2011– 2014.....	56
Tabela 2.4	Taxa de aprovação e reprovação dos alunos do Ensino Fundamental da rede estadual, 2011 – 2014.....	56
Tabela 2.5	Taxa de evasão dos alunos do Ensino Fundamental, por rede de ensino, 2012– 2015.....	56
Tabela 2.6	Taxas de distorção idade-ano no Ensino Fundamental, 2012 – 2015.....	57
Tabela 2.7	Formação dos trabalhadores em educação do Ensino Fundamental da rede municipal – 2015.....	59
Tabela 2.8	Formação dos trabalhadores da educação do Ensino Fundamental da rede estadual – 2015.....	59
Tabela 2.9	Índice do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), 2015 – 2021.....	69
Tabela 3.1	Formação dos trabalhadores da educação do Colégio Estadual Quatro Pontes para o Ensino Médio – 2015.....	75
Tabela 3.2	Total de turmas e matrículas do Ensino Médio regular – 2015.....	75
Tabela 3.3	Análise da infraestrutura do Colégio Estadual Quatro Pontes – 2015.....	77
Tabela 8.1	Quadro funcional dos profissionais da educação da rede municipal de ensino, Escola Municipal Dona Leopoldina e CMEI (Centro Municipal De Educação Infantil) – 2015.....	113
Tabela 8.2	Quadro funcional dos demais trabalhadores da educação da rede municipal de ensino – 2015.....	113
Tabela 9.1	Impostos, 2012 – 2015.....	118
Tabela 9.2	Transferências Correntes, 2012 – 2015.....	119
Tabela 9.3	Convênios, 2012 – 2015.....	119
Tabela 9.4	Atendimento da rede municipal de ensino (de acordo com o censo), 2012 –2015.....	120

Tabela 9.5	Total aplicado no Ensino Fundamental e na Educação Infantil, 2012 – 2015.....	120
Tabela 9.6	Custo Médio Aluno/Ano, 2012 – 2015.....	120
Tabela 9.7	Despesas da educação, 2012 – 2015.....	120
Tabela 9.8	Despesas da educação com o FUNDEB, 2012 – 2015.....	121
Tabela 9.9	Transporte Escolar – 2015.....	126

I – INTRODUÇÃO

A construção do Plano Municipal de Educação se constitui num grande passo para que significativos avanços e conquistas ocorram na educação de Quatro Pontes, afim de que se tenha, cada vez mais, uma educação de excelência que corresponda aos anseios da sociedade, bem como às necessidades básicas e direitos de todos os cidadãos.

A preocupação com o futuro da educação deste Município levou a administração pública, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, profissionais da educação e membros da sociedade civil organizada, a elaborar o Plano Municipal de Educação – PME, onde são apresentadas as metas que nortearão o trabalho a ser realizado na educação durante um período de dez anos. Sua importância se dá principalmente pelo fato de não se configurar como um plano de governo, mas sim, como um projeto de Educação para o Município, graças a participação e envolvimento dos vários segmentos sociais, diretamente ligados ao processo educacional.

O estudo e elaboração do Plano Municipal de Educação, vem de encontro com o que estabelece a Lei Federal Nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que estabelece o prazo de um ano para que estados e municípios elaborem seu plano de educação, partindo do princípio de que planejar e promover a educação é acreditar, que é através dela que as transformações necessárias para o sucesso de todos na educação ocorra.

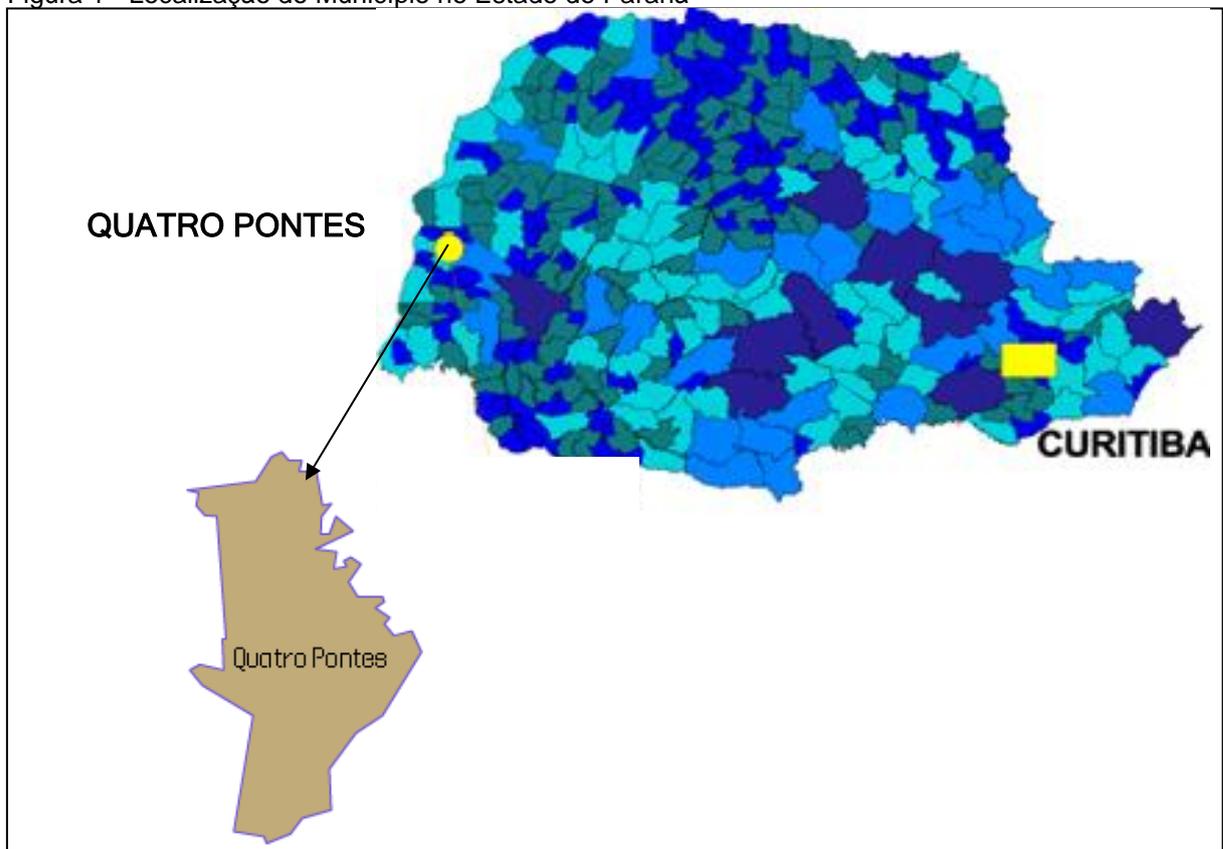
A semente foi lançada na esperança de que, através deste Plano e do esforço de todos os seus envolvidos, seja possível alcançar os objetivos necessários para o sucesso da educação de Quatro Pontes, buscando a melhoria da qualidade no ensino, o acesso, a permanência e o sucesso do aluno na escola e a democratização da gestão do ensino público.

II - CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

1 ASPECTOS GEOGRÁFICOS

O município de Quatro Pontes possui uma área total de 114,39 quilômetros quadrados e está situado no extremo Oeste do Estado do Paraná, a uma altitude média de 427 metros acima do nível do mar. Pertence à mesorregião geográfica do Oeste paranaense, polarizada pela cidade de Cascavel. Localiza-se a apenas seis quilômetros de Marechal Cândido Rondon, cidade com a qual mantém estreitas relações e a 578,01 quilômetros da Capital do Estado, Curitiba.

Figura 1 - Localização do Município no Estado do Paraná



Fontes: www.municipionline.com.br / www.paranacidade.pr.gov.br, 2015.

Limita-se ao Norte com os municípios de Marechal Cândido Rondon e Nova Santa Rosa, ao Leste e Sul com o município de Toledo e a Oeste com o município de Marechal Cândido Rondon.

Figura 2 - Municípios limítrofes de Quatro Pontes



Fonte: www.mototur.com.br, 2015.

As rodovias BR-467 e PR-239, que atravessam o Município de Leste a Oeste, são as principais vias de acesso, interligando o município de Marechal Cândido Rondon, a Oeste e Toledo a Leste.

A área total do Município é de 13.200 hectares, assim distribuídos:

- área urbana: 89 hectares;
- área suburbana: 947 hectares;
- área rural: 13.164 hectares.

Os tipos de solo que predominam no Município são a Terra Roxa Estruturada e o Latossolo Roxo, originados pela decomposição do basalto. São solos profundos, de boa fertilidade, que apresentam grande aptidão para a agricultura.

O seu relevo é suave, apresentando um espigão central aplainado de 400 metros de altitude e, lateralmente a este, em direção aos cursos de água, se manifestam leves declividades. O relevo é predominantemente plano, com mais de 70% de sua área em condições de permitir o cultivo mecanizado.

Os rios da região desembocam diretamente no Rio Paraná (Lago de Itaipú),

pertencendo à bacia hidrográfica "Paraná III", entre as bacias do Rio Piquiri, ao Norte, e a bacia do Rio Iguaçu, ao Sul.

O rio mais importante do Município é o Arroio Guaçu, que faz parte do limite Norte e Leste, com os municípios de Nova Santa Rosa e Toledo. Outros cursos d'água são o Arroio Quatro Pontes, Lajeado Itá, Arroio Fundo, Arroio Marreco e Lajeado Três Voltas.

O clima da região pode ser classificado como clima subtropical úmido, sem estação seca com verões quentes (temperatura do mês mais quente acima de 28°C). As geadas são pouco frequentes, com tendência à concentração de chuvas nos meses de verão. A média da temperatura dos meses mais quentes é superior à 26°C e a dos meses mais frios é inferior à 15°C. A temperatura média anual está entre 20°C e 21°C.

As chuvas diminuem nos meses de inverno e ocorrem com mais intensidade nos meses de verão. Normalmente, o trimestre de junho, julho e agosto é o menos chuvoso, enquanto que o trimestre de dezembro, janeiro e fevereiro é o mais chuvoso. A precipitação pluviométrica média fica em torno de 1.800 milímetros por ano.

A fertilidade de seus solos, as condições climáticas e seu relevo permitem que o Município e a região desenvolvam uma das mais intensas atividades agrícolas do Brasil.

A região de Quatro Pontes apresentava uma exuberante floresta de matas da qual, hoje, restam apenas vestígios limitados a poucos hectares, em algumas fazendas da região. A exploração madeireira, primeiramente, e a exploração agropecuária posteriormente, provocaram essa alteração na paisagem, reduzindo as matas nativas a menos de 2% da área do território municipal.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS

2.1 Origem do Nome

O município de Quatro Pontes recebeu este nome porque antigamente as quatro saídas da cidade eram para o norte, sul, leste e oeste, onde deveria ter ficado “Quatro Pontos”, mas segundo o relato dos pioneiros, por um erro ficou “Quatro Pontes”. Existe uma outra versão da história, na qual se relata que haviam quatro pontes pequenas em uma mesma estrada, o que acabou originando o nome do Município.

2.2 Colonização

O município de Quatro Pontes começou a ser colonizado na década de 1950, através da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A MARIPÁ, uma Companhia Colonizadora que tinha sede na cidade de Toledo.

Esta Companhia tinha adquirido, em 1945, os direitos sobre as terras da Companhia Inglesa "Madera Del Alto Paraná", com o objetivo de derrubar a mata, assentar colonos gaúchos e catarinenses, principalmente de origem alemã e italiana, comercializar a madeira extraída das colônias e estabelecer núcleos urbanos.

A partir de 1951, começaram a chegar os primeiros colonos vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, trazidos pela Companhia MARIPÁ. A localidade de Quatro Pontes era então uma vila onde existia um armazém de provisões gerais para atender as necessidades da população, uma igreja, uma escola e algumas

casas. A maioria dos colonos estabeleceu-se em áreas rurais.

A extração madeireira foi uma das primeiras atividades comerciais, que permeou a ocupação da região e favoreceu o surgimento de indústrias de beneficiamento de madeira, fomentando o comércio e atraindo os habitantes das áreas adjacentes até o surgimento de um pequeno núcleo de desenvolvimento, que posteriormente se solidificou como polo de um comércio forte, consubstanciando-se como o futuro município de Quatro Pontes.

A Companhia MARIPÁ realizou uma divisão de terras em propriedades com área média de 25 hectares, dimensões estas que ainda hoje caracterizam uma estrutura fundiária com pequenas e médias propriedades na região de Quatro Pontes.

A localidade de Quatro Pontes situava-se primeiramente, dentro do município de Toledo e, após a emancipação do município de Marechal Cândido Rondon, passou a ser distrito administrativo deste, pela Lei Municipal nº 31, de 31 de julho de 1962. Ainda em 1962 foi elevado a distrito judiciário pela Lei Estadual nº 3.668, de 31 de dezembro.

A principal atividade agrícola do Estado do Paraná, na época do surgimento de Quatro Pontes, era a cafeicultura. Este cultivo atraiu os colonos locais, porém não se adaptou à região. A geada de 1955 frustrou as expectativas dos cafeicultores e os colonos, oriundos do sul e pouco acostumados a essa cultura, concentraram seus esforços em policulturas e criação de subsistência, bem como na criação de suínos.

A suinocultura constituiu-se em uma opção que ainda hoje se destaca na economia do município de Quatro Pontes.

Na década de 1970, verificou-se uma profunda modernização na agricultura com a integração da cultura mecanizada; a soja passou a ser o cultivo predominante, junto com o milho e o trigo. Este cultivo, entretanto, não era rentável em propriedades de 25 hectares, o que veio a provocar a anexação das pequenas propriedades, diretamente pela compra ou pela locação, de forma a otimizar a

exploração agrícola.

A profunda transformação ocorrida na agricultura de Quatro Pontes mostrou dois sérios problemas: uma estrutura fundiária de pequenas propriedades inadequada para os novos cultivos totalmente mecanizados; e o êxodo dos agricultores que não puderam adaptar-se a essa transformação, migrando para as grandes cidades e outras regiões da nova fronteira agrícola, como Paraguai, Mato Grosso, Rondônia, entre outros.

Quatro Pontes foi se consolidando na sua região e em 24 de março de 1990, através de um plebiscito, votou-se pelo desmembramento do município de Marechal Cândido Rondon. Assim, em 13 de setembro, desse mesmo ano, pela Lei Estadual nº 9.368, foi criado o município de Quatro Pontes, e sua instalação ocorreu em janeiro de 1993.

As eleições ocorreram por consenso, sendo eleitos como Prefeito Municipal, Antônio Rudi Leobet e vice-prefeito, Paulo Brandt. A Câmara Municipal ficou composta por nove vereadores: Silvestre Kuhn, Mauro Bernardi, Alfredo Danilo Kasper, Acélio de Souza, Eugênio Simon, Marco Antônio Wickert, Pedro Francisco Feyh, Valdir Antônio Marschall e Carmem de Fátima Pletsch.

2.3 Símbolos Municipais

2.3.1 Brasão de Armas Municipal

O Brasão de Armas Municipal foi idealizado e executado pelo heraldista e vexilólogo Reynaldo Valascki, dentro das normas da heráldica municipalista brasileira com descrição em termos próprios na seguinte forma: brasão de armas clássico flamengo ibérico, encimado pela coroa mural com oito torres em cor

amarelo, iluminada em vermelho, usado para representar o brasão de armas do município “Quatro Pontes”. Tem sua origem na Alemanha e foi introduzido na Península Ibérica por ocasião das lutas contra os mouros. Passou a figurar nas armarias de Portugal, notadamente na heráldica do domínio, sendo este estilo herdado na heráldica brasileira, como evocativo da raça colonizadora e principal formadora da nacionalidade brasileira.

Figura 3 - Brasão de Armas do Município



Fonte: Prefeitura Municipal de Quatro Pontes, 2015

A coroa mural que sobrepõe o brasão é o símbolo universal dos brasões de domínio que, sendo de cor amarela de oito torres, das quais apenas zero a cinco são vistas em perspectiva no desenho, classifica a cidade representada na terceira grandeza, ou seja, sede do Município.

No campo do brasão, em abismo, vê-se desenhada no primeiro quartel da parte superior, à esquerda, uma área desmatada pelos pioneiros e fundadores da localidade, a qual hoje é o município de Quatro Pontes.

Ao centro, um escudete, com a imagem de Nossa Senhora da Glória, Padroeira do Município.

No quartel superior, à direita, encontra-se desenhado um mapa, um globo e a seu lado um tinteiro com caneta, simbolizando a educação e a cultura existente no Município.

Acima dos dois quartéis há dois retângulos e em cada um deles vê-se desenhadas duas estrelas, que simbolizam e ilustram o nome do Município.

Dividindo o campo do brasão, encontram-se desenhadas duas linhas sinuosas em cor azul no seu meio, simbolizando o Rio Guaçu e os demais rios que irrigam as ricas e férteis terras do território municipal. A cor azul do campo do brasão é o símbolo da nobreza, justiça, perseverança, zelo, lealdade, recreação e formosura.

No terceiro quartel, à esquerda da parte inferior, vê-se o desenho de uma área de terras que estão sendo cultivadas por um colono junto a um trator, e aos fundos do desenho, vê-se em sua topografia, montanhas de elevações amenas. Assim, este quartel simboliza a rica agricultura existente em todo o território municipal, onde se pode observar, quase em sua totalidade, que as terras são mecanizadas com total aproveitamento.

No quarto quartel, à direita, há o desenho de dois animais: um boi e um suíno, e em abismo, uma vista das campinas verdes e entre as montanhas, o sol, com seus raios luminosos enriquecendo todos os quadrantes do território municipal. Este quartel simboliza a rica pecuária existente no Município, e a cor verde simboliza a esperança.

Entre os dois quartéis, há um triângulo irregular, onde se vê duas mãos em cumprimento, simbolizando a união dos povos, união dos poderes constituídos no Município, no Estado e no Brasil, da mesma forma, significa que “a união faz a força”.

Os suportes ornamentais do brasão de armas apresentam, à direita, um pé de milho e feijão e, à esquerda, ramos de soja e trigo e, abaixo, ramos de mandioca,

todos estes frutificados ao natural, representando o esteio e a riqueza agrícola do Município.

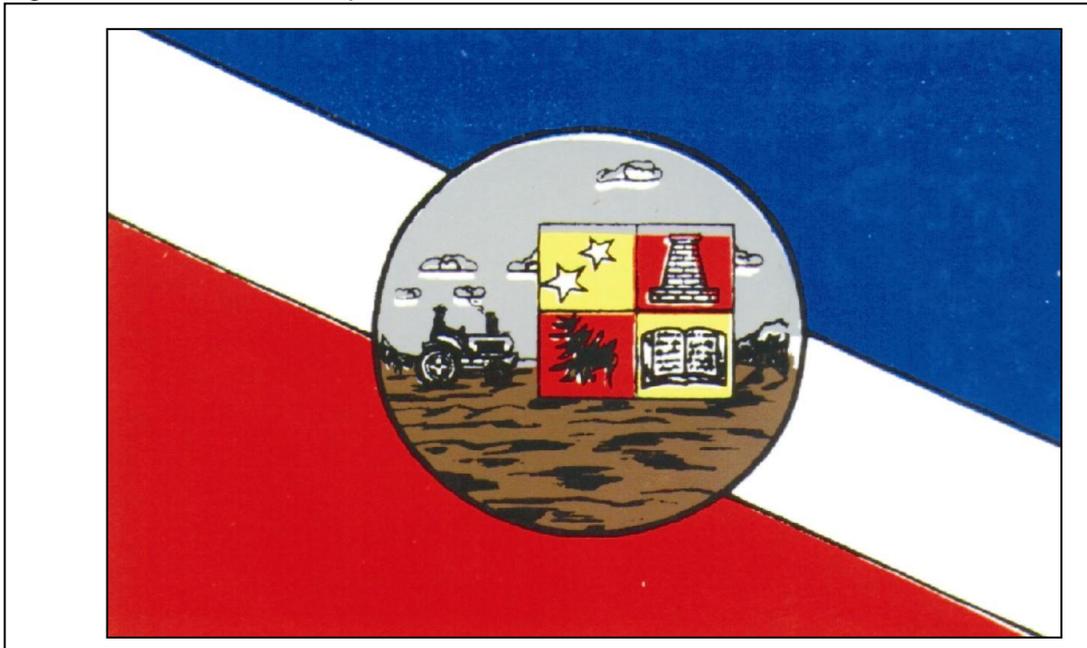
Entre o brasão de armas e o listel, ao centro, encontra-se desenhada uma engrenagem que representa a indústria, pois no Município está instalada uma das maiores indústrias de fécula da América do Sul, a Companhia Lorenz.

No listel, abaixo do brasão de armas municipais, em cor vermelha, encontra-se ao centro, a inscrição do topônimo “Quatro Pontes”; à sua esquerda, o dia, mês e ano (13.09.1990), data da criação do Município e, à sua direita, os algarismos 01.01.1993, que representam o dia, mês e ano da emancipação do Município.

2.3.2 Bandeira Municipal

A bandeira do município foi idealizada por Clarice Ana de Souza, membro da comunidade local, através de um concurso promovido pela Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 036/93, de 10 de setembro de 1993.

Figura 4 - Bandeira Municipal



Fonte: Prefeitura Municipal de Quatro Pontes, 2015.

A bandeira é em forma retangular, na proporção de 14 módulos de largura, por 20 módulos de comprimento, na forma do artigo 5º, da Lei nº 5.700, de 01 de janeiro de 1971, apresentando as seguintes características:

- A bandeira segue estilo “terciado em gousset”, em cores azul, branco e vermelho;
- No triângulo isósceles, de cor azul, está simbolizado o céu infinito que cobre os quadrantes do Município e a serenidade do seu povo;
- No triângulo isósceles de cor vermelha, está simbolizado a coragem, a luta e o trabalho de nossos desbravadores e pioneiros.
- Na faixa transversal, de cor branca, está simbolizado o trabalho, a paz, a união e a religiosidade;
- A faixa transversal é entrecortada por um círculo onde está aplicada: o trator, que representa a agricultura; duas estrelas, sendo que a maior representa o Estado do Paraná e a menor, o Município; a chaminé, que representa as indústrias já existentes e as que estão por instalar-se; os ramos simbolizam as principais culturas do Município e o livro, representa a educação, a cultura e as crenças religiosas.

2.3.3 Hino Municipal

O Hino do Município foi composto pelo maestro Sebastião Lima e Antônio Sant'ana Ruth, e criado através da Lei Municipal 88/94, de 7 de julho de 1994. O Hino evoca em seus versos a colonização da região por seus pioneiros exaltando as características do Município:

*Terra amiga, gentil poderosa,
Com as sementes brotando do chão
Enobrece a ação laboriosa
E alegre o nosso coração.*

*O teu lindo perfil esplendente
E os pioneiros a marcharem triunfantes
Avultam o valor de sua gente
E o amor por ti, oh! Quatro Pontes.*

*Bravos filhos de plagas distantes
Enfrentaram o sertão agreste
Nos ofertando esta jóia, Quatro Pontes.*

*Que surgiu em plena mata do oeste,
Desbravadores com audácia e decisão,
Anteviram o porvir fabuloso
Implantaram com determinação
Quatro Pontes meu torrão generoso.*

*Os teus rios e o solo a irrigar
A soja e o milho uma beleza.*

*São tantos os tesouros para se falar,
Oferendas da mãe natureza,*

Além do trigo de força extraordinária.

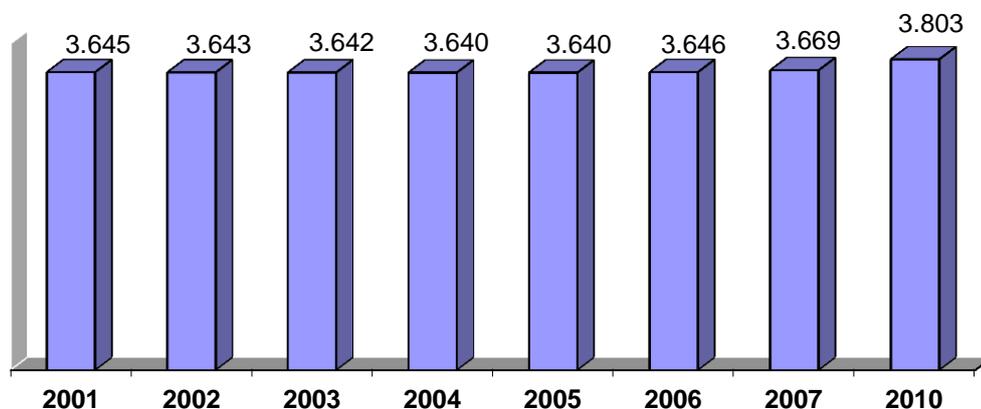
*Tudo é tão belo que não posso esquecer,
Nos verdes campos a forte pecuária,
Quatro Pontes, só por ti quero viver!*

*O teu lindo perfil esplendente
E os pioneiros a marcharem triunfantes
Avultam o valor de sua gente
E o amor por ti, oh! Quatro Pontes.*

3 ASPECTOS POPULACIONAIS

De acordo com a contagem da população realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2010, a população do Município é de 3.806 habitantes, dos quais, 35,9 % se concentram na área rural e 64,1 % na zona urbana.

Figura 5 - População, 2001 – 2010



Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 2010.

A origem predominante é a alemã, representando 90% da população, seguindo-se a italiana com 5% e 5% de outras origens.

4 ASPECTOS SOCIOECONOMICOS

4.1 Setor Primário

O Município tem nas atividades agropecuárias a sua base econômica, com predominância do sistema minifundiário. Segundo dados da EMATER, das 467 propriedades existentes, 422 são pequenas; 35 são médias propriedades e 10 são grandes; totalizando 10.185 hectares.

Verifica-se que o número das pequenas propriedades representa 90% do total de propriedades do município, as médias propriedades somam 7% do total e as grandes apenas 3%. Esses produtores, sobretudo os pequenos, há muito desenvolveram a consciência de que precisam atuar solidariamente para poderem prosperar, onde se organizaram em forma de associativismo. Existem, atualmente (2015), 9 associações comunitárias constituídas no meio rural, destas, seis associações foram beneficiadas com patrulha mecanizada (trator agrícola com alguns implementos), e em torno de 3 grupos de produtores, que possuem equipamentos agrícolas de uso do grupo, os quais foram adquiridos através de parceria com a Prefeitura Municipal que firmou convênio com o Governo do Estado por meio da SEAB (Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná).

4.1.1 Agricultura

Na área da agricultura, as culturas que mais se destacam são da soja, que ocupa uma área de 8.200 ha com produção de 15.170 toneladas, o milho safrinha – a primeira no verão e a segunda no inverno – que ocupam uma área de 7.200ha,

com uma produção de 5.000kg/ha. O milho safra normal com 1.500ha com produção de 8.200 kg/ha. O trigo ocupa uma pequena área de 1.000 ha, com produção de 2.600 kg/ha. Uma cultura que se desenvolveu muito nos últimos anos, foi a fruticultura, com uma área cultivada de 9 hectares e uma produção de 120 toneladas. Temos ainda a cultura da mandioca.

Com relação a fruticultura, a área cultivada é de aproximadamente 9 hectares, com destaque para a produção de uva, banana, figo, goiaba e maçã. Estes produtores formaram uma Associação de Produtores Orgânicos, que são assistidos pelo CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Produtor) e recebem apoio da Prefeitura Municipal para ter acesso à tecnologia de cultivo, treinamentos e comercialização de seus produtos.

A Viticultura possui destaque em nosso município, a qual conta com 8 produtores engajados nessa atividade, num total de 6 hectares, com uma produção de 12 toneladas/ano, sendo 35% destinada à produção de vinho, 25% para a produção de suco e o restante para o consumo “in natura”.

No dia 9 de junho de 2005, foi oficialmente formada a Associação de Produtores de Uva e Vinho de Quatro Pontes, a APUVITIS, sendo adquirido uma área rural na Linha Água Verde, onde, em conjunto com o Poder Público Municipal e produtores rurais, foi construída uma vinícola, objetivando a fabricação de vinhos e sucos e o desenvolvimento do turismo rural.

4.1.2 Pecuária

A atividade pecuária possui forte presença em Quatro Pontes e, segundo dados da EMATER, são significativos os rebanhos bovino e suíno. O mesmo pode ser dito em relação ao plantel avícola, enquanto a piscicultura e a apicultura aparecem com menor representatividade. A bovinocultura de leite é desenvolvida em toda região do município.

As principais atividades de pecuária são:

- Bovinocultura de leite com 4.997 cabeças e uma produção de 19,8 milhões de litros de leite/ano;
- Avicultura de corte com capacidade de estática de 981.510 aves;
- Suinocultura com capacidade estática de 120.000 suínos e mais 8.700 matrizes para produção de leitões;
- Na piscicultura temos 60ha de lâminas de água, com um total de produção de 600 toneladas/ano, com 15 produtores;
- A apicultura existente em nosso município atende parte do consumo local, com cerca de 20 apicultores, com 300 colméias.

4.1.3 Agroindústria

- Moinhos André: possui grande capacidade de processamento, cerca de 100ton/dia e apresenta grande potencial de expansão. Emprega 30 pessoas e está localizado no prolongamento da Rua Bagé.
- Abatedouro: com capacidade de produção 10 cabeças/dia, que emprega 03 (três) pessoas. Está localizado junto a Rodovia BR 467, Km 03 – Quatro Pontes.
- Companhia Lorenz: indústria de amido modificado, que utiliza como matéria-prima a fécula de mandioca, o amido de milho e de batata. Possui uma produção mensal de 1.200 toneladas, gerando 49 empregos diretos.
- Samollé: indústria de frios embutidos, com capacidade de produção de 10 ton./dia, com uma produção real de 1 ton./dia e a geração de 18 empregos diretos.
- Vinícola Bouffleur, com capacidade de produção de 12.000 litros/ano. A matéria-prima utilizada é de Santa Catarina e a mão de obra é familiar.
- APUVITZ: com capacidade 30.000 litros/ano – toda a produção é realizada pelos 7 (sete) associados.
- Vinícola Bouchert: 3.000 a 4.000 litros/ano – produção familiar. A área de parreira é aproximadamente de 4,0 ha, em Quatro Pontes.

Além dessas empresas, são encontradas no Município outras unidades de industrialização de produtos primários, que estão operando em regime artesanal.

Também nesse segmento dos orgânicos, encontramos a produção de cana-de-açúcar e feno, este na forma de pastagem.

4.1.4 Extrativismo mineral

A participação das atividades de mineração na economia do município, ainda é pequena. De um modo geral, o potencial geológico no Município se caracteriza pela presença de argila, saibro e basalto para brita e água subterrânea. As argilas encontradas são apropriadas para a fabricação de tijolos. Existe uma olaria em funcionamento, a Cerâmica Jonina Ltda, com uma produção de 480.000 tijolos/ano, gerando 4 empregos, com produção vendida para a região.

As pedras para cascalho, utilizadas no revestimento das estradas do interior, são encontradas no Município, sendo este serviço explorado pela Prefeitura Municipal.

4.1.5 Feira do Produtor

A Feira do Pequeno Produtor de Quatro Pontes é resultado da união e do esforço de pequenos proprietários, que buscam diversificar a produção de suas propriedades para obter uma alternativa de renda.

Os produtos são comercializados, todas as sextas-feiras, em um estabelecimento alugado pelo município e cedido gratuitamente para a realização da

feira. São em torno de 37 itens que abrangem os hortifrutigranjeiros e produtos artesanais como pães, bolachas, melado, mel, bebidas, leite e derivados, entre outros.

4.2 Setor Secundário

De acordo com os registros do Cadastro de Alvarás da Prefeitura Municipal, em março de 2015, estão cadastradas em torno de 40 unidades fabris, destacando-se entre elas, indústrias do gênero de metalurgia, mobiliário, confecção e fabricação de produtos alimentícios.

Atualmente temos 150 MEIs ativos no municípios, sendo que 11 deles atuam na zona rural. Se destacam pedreiros e pintores que são a grande maioria dos MEIs. Poucos MEIs registram funcionários pois são limitados a contratação de um único funcionário que pode receber até um salário mínimo.

O Município conta com uma área industrial de 71.050,17 metros quadrados, divididos em dois parques industriais. Um localizado junto a PR 239, saída para Novo Sarandi – Toledo, com 53.340,89 metros quadrados. Neste, estão instaladas 13 indústrias, gerando em torno de 200 empregos diretos. O Parque Industrial está instalado a mais de 20 (vinte) anos, porém ainda encontra-se com deficiência na infraestrutura. Para isso, o Município está pleiteando junto ao Paraná Cidade um financiamento para contemplar galerias, asfalto, meio fio, ampliação da incubadora e além de mais uma área de 9.000 m². Com a conclusão deste projeto, serão contempladas mais de 10 empresas para se instalar no parque industrial, aumentando de início mais de 50 empregos.

O parque industrial III, conta com uma área de 17.709,28 m², localizado na BR 163, rodovia que liga este município à Toledo. Neste, criado recentemente, estão

instalados o Grupo VS Ind. E Com., Grupo Monitor e em processo de instalação a empresa D' Inóx Ltda. Estas empresas geram em torno de 90 empregos.

5 ASPECTOS CULTURAIS

Na área cultural, a Administração Municipal possui em sua estrutura organizacional, a Divisão de Cultura, que é responsável pelas atividades culturais e artísticas do Município.

Diversas atividades são desenvolvidas atingindo, em média, em torno de 400 pessoas nas mais diversas faixas etárias, onde são ofertadas aulas de violão; aulas de flauta e instrumentos de sopro para crianças e jovens; aulas de guitarra e contra baixo; acordeom; teclado; teatro; dança alemã infanto-juvenil e senhoras; dança gauchesca infanto-juvenil e adulta; jazz infantil e juvenil; zumba para mulheres; pintura em tela; pintura em tecido adulta; arte em pintura infantil e juvenil; coral infantil, juvenil e adulto.

Além disso, a Banda Municipal que é integrada por 13 pessoas .

Em relação aos espaços para atividades culturais, existe a Casa da Cultura que abrange um área de 482,87 metros quadrados e onde são realizadas: dança alemã, aula de teatro, violão, flauta, e demais atividades realizadas pela Casa da Cultura. O local também é palco para espetáculos, encontros e palestras promovidos pela Prefeitura Municipal, escolas e outras entidades. De modo geral, todas as atividades estão sob responsabilidade de um profissional da área.

O artesanato, que é bastante incentivado no Município é difundido por meio da Associação dos Artesões, que possui uma loja para comercialização de seus produtos.

Dentre os aspectos culturais, cabe ressaltar a grande capacidade associativa da população, percebida através do grande número de organismos criados para o desenvolvimento local.

Dentre os eventos organizados pela Prefeitura Municipal destacam-se a Festa de Aniversário do Município, com realização de Feira de Exposição e do prato típico “Leitão a Quatro Pontes”. Outras festividades ligadas à gastronomia, são: Costela Desossada Recheada , Rippen Fest e Porco no Tacho.

A Prefeitura Municipal realiza no decorrer do ano atividades Culturais, com apresentações de todas atividades, com a finalidade de divulgar e valorizar os trabalhos por ela realizadas.

Na área do esporte, o Município possui vários espaços para as atividades físicas, tais como: ginásio de esportes junto ao complexo da Escola Municipal Dona Leopoldina, ginásio de esportes Paulinho Hoffmann, localizado na avenida Santa Maria, Centro Poliesportivo Seno Lang, localizado na Rua 1º de Maio, aberto ao público em geral para atividades esportivas, a Praça Cristo Rei, localizada em frente da Igreja Matriz Católica, com quadra iluminada, em projeto para futura colocação de grama sintética bastante arborizada, cujo playground é equipado com inúmeros brinquedos.

No ginásio do complexo escolar, além das atividades físicas realizadas pelos alunos do Centro Municipal de Educação Infantil Cantinho Feliz, Escola Municipal Dona Leopoldina e do Colégio Estadual Quatro Pontes, são realizados treinamentos de handebol, voleibol e futsal.

Outros equipamentos de esportes existentes no Município estão localizados no interior, nas seguintes associações:

- Associação Recreativa Esportiva Lorenz (AREL), sede social com campo de futebol sete iluminado;
- Associação da Linha São José, possui uma cancha de bocha e um campo de futebol sete iluminado;

- Associação da Linha Souza Naves, possui cancha de bocha e um campo de futebol iluminado;
- Associação da Linha Água Verde, possui um campo de futebol sete onde a iluminação esta sendo providenciada.
- Associação da Linha Flor da Serra, possui cancha de bocha, campo de futebol, e campo de futebol sete iluminado;
- Associação da Linha Itá, possui campo de futebol sete iluminado;
- Associação da Linha Guaçu, possui campo de futebol sete, sendo este localizado em propriedade particular do Sr. Vereno Graff;
- Associação Esmaga Sapo, possui campo de futebol sete iluminado.
- Associação Recreativa e Esportiva José Otto Kuhn (AREJOK), possui campo de futebol sete iluminado;
- Seminário São Cura D’Ars, possui dois campos de futebol sete sendo um destes iluminado;
- Clube Cultural, possui campo de futebol e campo de futebol sete iluminado;
- Clube Cultural, possui uma piscina;
- Bar e Bolão do Martin, possui uma cancha de bolão;
- Bar da Celita, possui uma cancha de bolão;
- Bairro Tropical, possui quadra esportiva iluminada. (Projeto para colocação de gramado sintético no parquinho.);
- Nazário Friedrich, possui piscina e área de camping e lazer;
- Ao lado das dependências da Escola da Linha José Bonifácio (escola desativada) existe um campo de futebol suíço iluminado, que é utilizado para a prática desportiva das pessoas da comunidade.

A Prefeitura Municipal mantêm um calendário de diversos eventos esportivos, tais como:

- Festival de férias para alunos e para as escolinhas de futsal e voleibol nos meses de janeiro, onde acontece juntamente à Praça Cristo Rei, brincadeiras recreativas para as crianças como gincanas, cama elástica, futebol do sabão, entre outros. Ocorrem também, os Jogos de Verão com campeonatos de futebol de areia masculino e feminino, voleibol masculino e feminino e futevôlei. Em julho, (durante as férias escolares) juntamente com a cultura são desenvolvidas atividades de

pintura, recortes, música, teatro, ginásticas malucas, entre outras, visando a socialização e a interação da criança;

- Jogos da Terceira Idade são realizados através dos Jogos da Amizade entre os Municípios de Quatro Pontes, Mercedes, Entre Rios, Pato Bragado, Maripá e Nova Santa Rosa;

- Jogos Colegiais, realizados pelo Núcleo Regional de Educação de Toledo;

- Jogos Abertos, promovidos pelo Paraná Esporte de Cascavel;

- Jogos da Juventude, promovidos pelo Paraná Esporte de Cascavel;

- Participação anual do Dia no Desafio, promovido pelo SESC;

- Realização de campeonatos municipais internos de Bocha, Bolão, Canastra, Sinuca, , Bolãozinho, , Tiro ao Alvo, Voleibol feminino, masculino, terceira idade e categorias de base, Tênis de Mesa, Futebol de Campo, Futebol Sete e Futsal, todos estes no masculino, feminino, veterano e categorias de base, Futebol de Areia, Voleibol e Futevôlei;

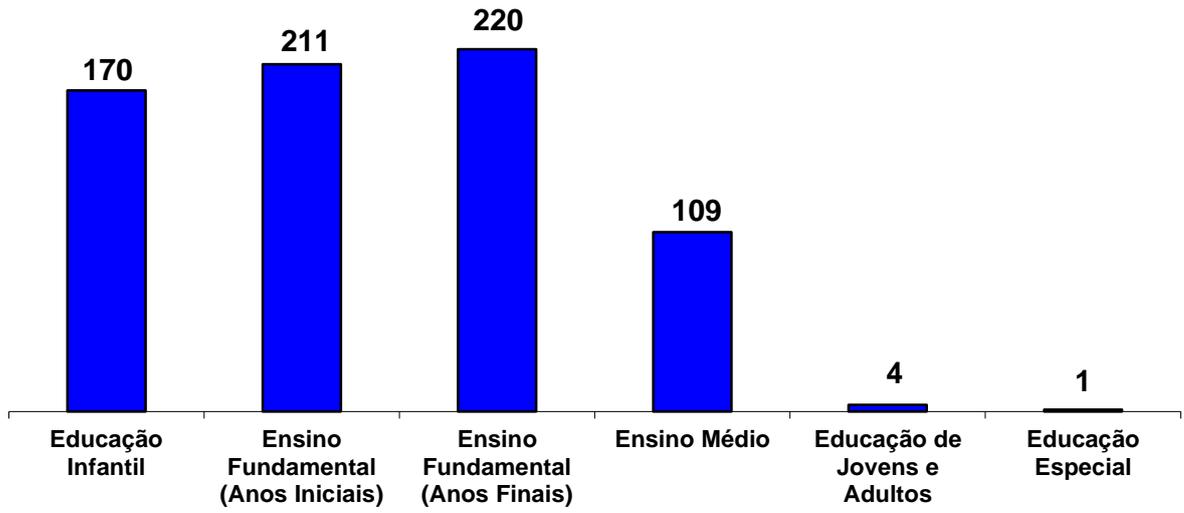
- Participação dos Jogos da Amizade, realizados a cada dois anos entre os municípios de Quatro Pontes, Mercedes, Pato Bragado, Nova Santa Rosa, Maripá e Entre Rios do Oeste, com mais de dez modalidades;

- Realização de vários jogos amistosos em diversas modalidades, durante todo o ano.

6 ASPECTOS EDUCACIONAIS

O Município possui duas escolas e um centro municipal de educação: CMEI - Centro Municipal de Ed. Infantil Cantinho Feliz, a Escola Municipal Dona Leopoldina - Educação Infantil e Ensino Fundamental, e o Colégio Estadual Quatro Pontes - Ensino Fundamental e Médio.

Figura 6 - Atendimento total da educação básica no Município – 2015



Fontes: Escola Municipal Dona Leopoldina, Colégio Estadual Quatro Pontes e Portal Educacional do Estado do Paraná, 2015.

III – Metas do Plano Nacional de Educação

Meta 1 (um): Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50 % (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE.

Meta 2 (dois): Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 50 (cinquenta por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE.

Meta 3 (três): Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Meta 4 (quatro): Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de sala de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Meta 5 (cinco): Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Meta 6 (seis): Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

Meta 7 (sete): Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria no fluxo escolar e aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB; 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.

Meta 8 (oito): Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, a modo de alcançar, no mínimo 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Meta 9 (nove): Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Meta 10 (dez): Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Meta 11 (onze): Triplicar as matrículas da educação profissional de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Meta 12 (doze): Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50 % (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada à qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Meta 13 (treze): Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto

de sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Meta 14 (quatorze): Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

Meta 15 (quinze): Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) anos de vigência desta PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em cursos de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 16 (dezesesseis): Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência desta PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações do sistema de ensino.

Meta 17 (dezesete): Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

Metas 18 (dezoito): Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de Planos de Carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o Plano de Carreira dos(as) profissionais da educação básica pública como referência o piso salarial nacional profissional, defendido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Metas 19 (dezenove): Assegurar condições, no prazo de 2 anos, para a efetivação de gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de méritos e desempenho e a consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Metas 20 (vinte): Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) no País no 5º (quinto) ano de vigência desta lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

IV - NÍVEIS DE ENSINO

A EDUCAÇÃO BÁSICA

No Município, três estabelecimentos de ensino são responsáveis em ofertar a educação básica: o Centro Municipal de Educação Infantil Cantinho Feliz – CMEI, a Escola Municipal Dona Leopoldina – Educação Infantil e Ensino Fundamental e o Colégio Estadual Quatro Pontes – Ensino Fundamental e Ensino Médio.

No que tange à área física, o Centro Municipal de Educação Infantil Cantinho Feliz possui:

Tabela 1 - Ambiente do prédio do CMEI Cantinho Feliz – 2015

Ambientes	Quantidade	Metragem
Área coberta de serviço	01	9,74 m ²
Banheiros na área administrativa	01	4,20 m ²
Banheiro Hall coberto	01	4,48 m ²
Banheiros para alunos (adaptados)	03	8,28 m ² cada
Berçário	01	30,25 m ²
Cozinha	01	18,04 m ²
Corredor	01	6,20 m ²
Despensa	01	10,80 m ²
Hall de Entrada	01	27,78 m ²
Hall Coberto	01	30,34 m ²
Hall/Poço de Iluminação	01	22,06 m ²
Lactário	01	6,94 m ²
Lavanderia	01	14,78 m ²
Refeitório	01	29,48 m ²
Sala de Direção	01	10,60 m ²
Salas Maternal	02	30,35 m ² cada
Sala de Reuniões	01	16,79 m ²
Secretaria	01	11,87 m ²

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

Sigla: m² - metros quadrados.

Tabela 2 - Ambiente do prédio escolar da Escola Municipal Dona Leopoldina – 2015

Ambientes	Metragem
Área coberta para recreação	620 m ²
Banheiros na área administrativa	11 m ²
Banheiros para alunos do Ensino Fundamental e Educação Infantil	80 m ²
Biblioteca	38,20 m ²
Cozinha	31 m ²

Depósito	10 m ²
Despensa	4,5 m ²
Sala de Direção	20 m ²
Ginásio de Esportes	981 m ²
Lavanderia	13 m ²
Parquinho	280 m ²
Refeitório	250 m ²
Sala de Aula para contra turno	51 m ²
2 Salas de informática	38,20 m ² cada
Sala de Coordenação e material pedagógico	38,20 m ²
Sala de Educação Física	38,20 m ²
Salas para a Educação Infantil (Total 4)	318,72 m ²
Sala de Professores	38,20 m ²
Sala de Arte	38,20 m ²
Sala de Vídeo	38,20 m ²
Salas de Aula para o Ensino Fundamental (Total 6)	51 m ² cada
Secretaria	38,20 m ²

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

Sigla: m² - metros quadrados.

O Colégio Estadual Quatro Pontes, cuja dependência administrativa é estadual, utiliza alguns espaços cedidos pelo Município, apresentando a seguinte infraestrutura:

Tabela 3 - Ambiente do prédio escolar do Colégio Estadual Quatro Pontes – 2015

Ambientes	Quantidade
Salas de aula	07
Biblioteca	01
Sala de apoio, utilizada para aulas de reforço (prédio da rede municipal).	01
Sala dos professores (prédio da rede municipal)	01
Sala para direção (prédio da rede municipal)	01
Laboratório de informática (prédio da rede municipal)	01
Sala da coordenação (prédio da rede municipal)	01
Secretaria (prédio da rede municipal)	01
Banheiros masculinos	01
Banheiros femininos	01
Biblioteca	01
Laboratório de Química (prédio da rede municipal)	01
Cozinha (prédio da rede municipal)	01
Cantina (prédio da rede municipal)	01
Refeitório (prédio da rede municipal)	01
Lavanderia (prédio da rede municipal)	01
Saguão (prédio da rede municipal)	01
Quadra esportiva coberta	01

Fonte: Secretaria do Colégio Estadual Quatro Pontes, 2015.

O Colégio não possui ginásio de esportes próprio, mas uma quadra esportiva coberta, para a prática das aulas de Educação Física, além de utilizarem o Ginásio de Esportes do Complexo Escolar

1 EDUCAÇÃO INFANTIL

1.1 Diagnóstico

1.1.1 Atendimento

De acordo com a Constituição Federal, a Educação Infantil é um direito de toda criança e uma obrigação do Estado. Portanto, sempre que a população deseje ou necessite, o Poder Público tem o dever de atendê-la.

No Município, o atendimento à Educação Infantil acontece para as crianças da faixa etária de 6 meses a 3 anos no Centro Municipal de Educação Infantil Cantinho Feliz; de 4 e 5 anos na Escola Municipal Dona Leopoldina, que também oferece o Ensino Fundamental dos anos iniciais.

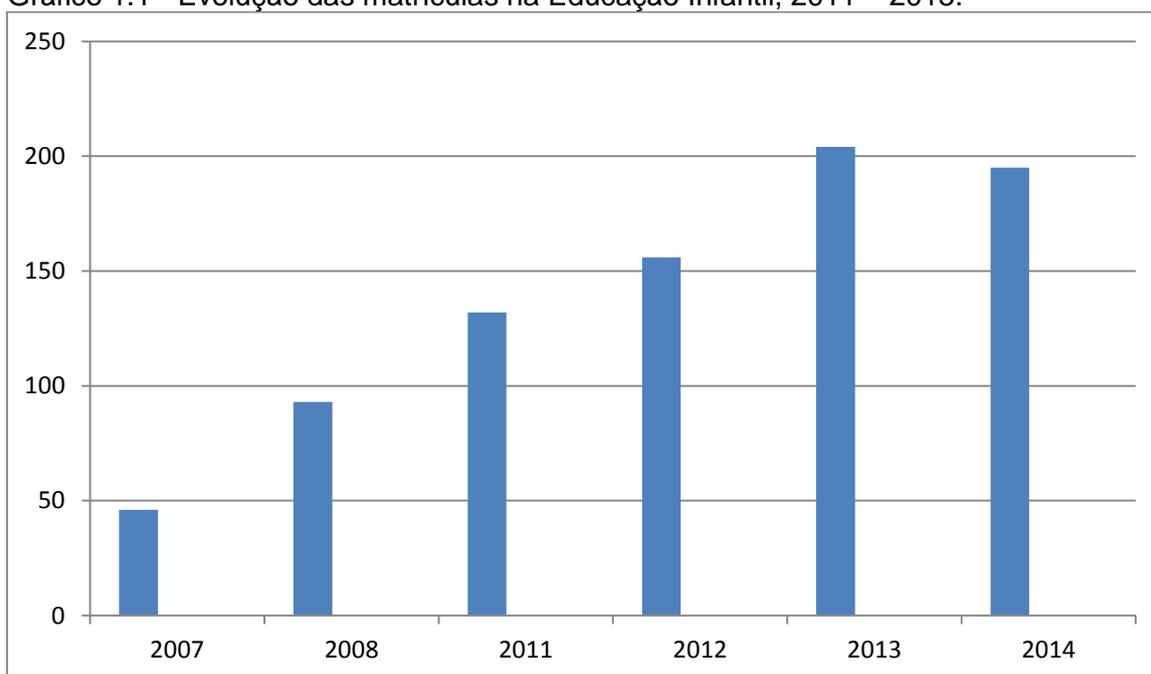
Tabela 1.1 - Atendimento da Educação Infantil – 2015

ETAPA DE ENSINO	Manhã		Tarde		Integral	Total
	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos		
CMEI	04	37	05	50	05	92
Pré-Escola	02	37	02	41	-	78
Total	06	74	07	91	05	170

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

O gráfico a seguir, mostra um aumento significativo nas matrículas de crianças na faixa etária entre 6 meses e 5 anos, após a construção do Centro Municipal de Educação Infantil.

Gráfico 1.1 - Evolução das matrículas na Educação Infantil, 2011 – 2015.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

1.1.2 Infraestrutura

A Escola Municipal Dona Leopoldina conta com quatro novas salas de aula construídas no ano de 2014 com uma área total de 318,72 metros quadrados. Onde atualmente funcionam as turmas de Educação Infantil de 4 e 5 anos. Os alunos utilizam a área coberta de toda a escola, que é de aproximadamente 620 metros quadrados.

Os alunos da pré-escola ainda possuem, junto às salas de aula, uma área livre com parquinho infantil para recreação. Outra área utilizada para as atividades de recreação e lazer, é a rua que fica em frente ao Centro Administrativo da escola, que foi transformada especificamente com este propósito.

Quanto às instalações higiênico-sanitárias, a escola possui apenas 1(um) sanitário adequado para as crianças desta etapa de ensino. Também possui copa-cozinha, despensa, almoxarifado, sala de administração e sala para professores. As

condições das instalações elétricas e hidráulicas encontram-se em perfeito estado de utilização e conservação.

O Centro Municipal de Educação Infantil, inaugurado em 2008, com capacidade projetada para atender em média 40 crianças possui uma área construída de 370,22 m² e conta com duas salas destinadas ao berçário, um lactário, duas salas destinadas para as turmas de Maternal I e II, banheiros adaptados para as crianças, dois banheiros adultos, uma sala de recreação e estudos, área administrativa, refeitório, cozinha, lavanderia, área de serviço e despensa, além de um amplo hall coberto e área livre para recreação. Atualmente o CMEI possui 92 alunos matriculados, para que todos sejam atendidos com qualidade, cerca de 50 crianças precisam ser atendidas em um espaço cedido pela Escola Municipal Dona Leopoldina, que possui uma área coberta de aproximadamente 620 metros quadrados. Estes alunos serão atendidos neste espaço, até que seja feita a aquisição de uma área maior para ampliação do CMEI, podendo assim manter a educação infantil de 6 meses a três anos em um mesmo local. Projeta-se uma área com capacidade de atender até 150 crianças.

1.1.3 Recursos humanos

Tabela1.2 - Recursos Humanos do Centro Municipal de Educação Infantil - 2015

Cargos/Funções	Formação						Total
	EFI	EF	EM	MG	LIC	ESP	
Direção	-	-	-	-	-	01	01
Suporte Pedagógico	-	-	-	-	-	01	01
Docência (concurso)	-	-	-	01	03	06	10
Secretário Escolar	-	-	-	01	-	-	01
Auxiliar de Biblioteca	-	-	-	-	-	01	01
Merendeira/zeladora	-	-	05	-	-	-	05
Total	-	-	05	02	03	09	19

Fonte: Direção do Centro de Educação Infantil Cantinho Feliz, 2015.

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; LIC – Licenciatura; ESP – Especialização

Tabela1.3 - Recursos Humanos dos profissionais da área da Ed. Infantil da Escola Municipal Dona Leopoldina – 2015

Cargos/Funções	Formação						Total
	EFI	EF	EM	MG	LIC	ESP	
Docência (concurso)	-	-	-	-	-	03	03
Total	-	-	-	-	-	03	03

Fonte: Direção do Centro de Educação Infantil Cantinho Feliz e Escola Municipal Dona Leopoldina, 2015.

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; LIC – Licenciatura; ESP – Especialização

1.1.4 Considerações finais

A Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, juntamente com a equipe pedagógica, teve como enfoque construir uma proposta pedagógica para esta etapa de ensino que integrasse cuidado e educação, direcionada ao atendimento de crianças de 6 meses a 5 anos.

Também procura oferecer às crianças uma alimentação saudável, cujo cardápio é elaborado por um profissional da área de nutrição, de forma a garantir os nutrientes necessários para esta faixa etária.

1.2 Diretrizes

Para que ocorra a oferta de uma educação de qualidade para este nível de ensino, o Município se pautará a seguir as seguintes diretrizes:

- Melhorar o atendimento da Educação Infantil, por meio da ampliação e manutenção do Centro Municipal de Educação Infantil.
- Garantir os padrões mínimos de infraestrutura para o funcionamento adequado das instituições de ensino, dispondo de uma estrutura básica que contemple condições favoráveis no que se refere à localização, acesso, segurança,

meio ambiente, salubridade, saneamento, higiene, tamanho, luminosidade, ventilação e temperatura, de acordo com as condições climáticas do Município. As instituições de ensino devem dispor também de mobiliário e equipamentos adequados para o preparo de alimentos, repouso, higienização e desenvolvimento das atividades.

- Melhoria da qualidade do ensino por meio da garantia do fornecimento de materiais pedagógicos adequados e desenvolvimento de projetos voltados a musicalização, artes, recreação, educação ambiental, educação alimentar, entre outros.

- Valorização dos profissionais da educação, por meio da oferta de capacitação continuada específica para atender as necessidades reais desta etapa de ensino.

- Instituição de mecanismos de colaboração entre os setores de educação, saúde e desenvolvimento social, a fim de: viabilizar o desenvolvimento de projetos voltados a estas áreas, dispor de profissionais específicos destas áreas para o atendimento aos alunos e pais.

- Garantia do acesso, permanência e sucesso da criança na escola por meio: da oferta de alimentação escolar de qualidade, com cardápio e acompanhamento realizado por profissional da área de nutrição; oferta de transporte escolar para as crianças que moram em localidades distantes da escola; avaliação por meio de registros descritivos sem caráter classificatório e práticas indissociáveis de cuidar e educar.

- Garantia de uma gestão democrática por meio da implantação de conselho escolar, participação ativa dos profissionais da educação e da comunidade escolar no processo de elaboração/reformulação da proposta pedagógica.

Meta 1: Atingir no mínimo, até 2020, 50% da oferta de vagas em tempo integral, na Educação Infantil para crianças de até 5 anos de idade.

1.3 Estratégias

1 Garantir os padrões mínimos de infraestrutura para o funcionamento adequado das instituições de Educação Infantil (CMEIS e pré-escolas), assegurando:

- a) espaço para recepção;
- b) espaço para professores e para os serviços administrativo-pedagógicos e de apoio;
- c) sala para atividades das crianças, com boa ventilação e iluminação e visão para o ambiente externo, com mobiliário e equipamentos adequados;
- d) refeitório adequado com instalações e equipamentos para o preparo de alimentos, que atendam as exigências de nutrição, saúde, higiene e segurança;
- e) instalações sanitárias completas, suficientes e próprias para o uso de crianças;
- f) instalações sanitárias para uso exclusivo dos adultos;
- g) berçário, área livre para movimentação das crianças, locais para amamentação e para higienização com balcão e pia, além de espaço para banho de sol das crianças;
- h) área coberta para atividades externas compatível com a capacidade de atendimento;
- i) áreas ao ar livre que possibilitem as atividades de expressão física, artística e de lazer, contemplando também áreas verdes.

2 Autorizar, somente construções ou ampliações de instituições de Educação Infantil, que atendam aos requisitos mínimos de funcionamento estabelecidos neste Plano e que estejam em conformidade com a legislação educacional vigente.

3 Estabelecer que, a função de docência, nas instituições escolares da rede municipal de ensino, seja exercida por profissionais que tenham a habilitação mínima em nível médio, modalidade normal.

4 Assegurar, que a admissão de novos profissionais para a Educação Infantil da rede municipal de ensino, ocorra somente mediante concurso, para quem possua a titulação mínima em nível médio, modalidade normal, garantindo progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior, em curso de graduação e pós-graduação stricto sensu e lato sensu, específica para atuação neste nível de ensino.

5 Assegurar por meio da Secretaria Municipal de Educação, programa de capacitação continuada específica para os profissionais da Educação Infantil, de forma a atender as peculiaridades desta etapa de ensino e a constante discussão sobre a prática educativa.

6 Incentivar por meio da Secretaria Municipal de Educação, periodicamente, grupos de estudos formados pelos professores que atuam na Educação Infantil, com o objetivo de discutir e aprofundar os conhecimentos acerca do desenvolvimento da criança de acordo com a faixa etária atendida.

7 Estabelecer que as instituições de Educação Infantil, da rede municipal de ensino, revisem e enriqueçam, anualmente, os projetos, as propostas políticas-pedagógicas, através da participação efetiva dos profissionais da educação deste nível de ensino.

8 Estabelecer no prazo de três anos, um sistema de acompanhamento, controle e supervisão da Educação Infantil da rede municipal de ensino, visando o apoio técnico-pedagógico para a melhoria da qualidade e a garantia do cumprimento dos padrões mínimos estabelecidos pela legislação vigente.

9 Implementar, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, na proposta pedagógica das instituições municipais de Educação Infantil, programas ou projetos, voltados a: musicalização, artes, recreação, educação ambiental, educação alimentar, entre outros.

10 Instituir, a partir da aprovação deste Plano, mecanismos de colaboração entre os setores de educação, saúde e desenvolvimento social, na manutenção,

expansão, administração, controle e avaliação das instituições municipais de atendimento às crianças de zero a cinco anos de idade.

11 Assegurar programa de orientação e apoio aos professores, alunos e pais através de profissionais tais como: psicólogo, fonoaudiólogo, assistente social, nutricionista e psicopedagogo, em parceria com as Secretarias de Desenvolvimento Social e Saúde.

12 Realizar por meio da Secretaria Municipal de Educação, avaliações psicopedagógicas periódicas nos alunos que apresentam algum nível de dificuldade na aprendizagem, com o objetivo de diagnosticar possíveis dificuldades e até transtornos de aprendizagem que possam vir a ocorrer, no sentido de buscar instrumentos para sanar as dificuldades ainda na fase pré-escolar.

13 Assegurar, a partir da vigência deste Plano, o encaminhamento e atendimento das crianças com necessidades educacionais especiais com laudo médico, por profissional especializado.

14 Assegurar o cumprimento da Deliberação nº 02/14 no Processo nº 1265/14 do CEE-PR.

2 ENSINO FUNDAMENTAL

2.1 Diagnóstico

2.1.1 Atendimento

No Município, o atendimento a este nível de ensino se dá através de dois estabelecimentos de ensino: a Escola Municipal Dona Leopoldina- Educação Infantil e Ensino Fundamental e o Colégio Estadual Quatro Pontes- Ensino Fundamental e Médio. Ambos os estabelecimentos de ensino se localizam na área urbana , no centro da cidade.

2.1.2 Matrículas

Tabela 2.1 - Matrículas do Ensino Fundamental, 2011-2015.

Etapas de Ensino	2011		2012		2013		2014		2015	
	AL	TU								
Ciclo 1° ao 3° ano	173	09	160	08	140	06	122	05	142	06
4ª ano	44	02	60	02	74	03	57	02	27	01
5ºano	40	02	47	02	59	02	67	03	48	02
6ºano ao 9ºano	250	08	230	08	195	08	204	08	216	09
Total	507	21	497	20	468	19	450	18	433	18

Fontes: Secretaria Municipal de Educação 2015.

Legenda: AL- Aluno; TU – Turma.

Com a implantação do Ensino Fundamental de nove anos na rede municipal em 2007, hoje em 2015, somente há turmas dentro da nova proposta de organização, ou seja, Ensino Fundamental de nove anos.

Em 2015 os 217 alunos do Ensino Fundamental da Rede Municipal estão distribuídos em 9 turmas no período matutino e vespertino. A Tabela a seguir mostra com mais detalhes como estão distribuídos estes alunos.

Tabela 2.2 - Total de turmas e matrículas do Ensino Fundamental da rede municipal – 2015

Etapas de Ensino	Ano	Turno	Total de Turmas	Total de Matrículas
1ª ao 5º ano	1º ano	Matutino / Vespertino	02	45
	2ºano	Matutino / Vespertino	02	50
	3º ano	Matutino / Vespertino	02	47
	4º ano	Matutino / Vespertino	01	27
	5º ano	Matutino / Vespertino	02	48
Total			09	217

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015

2.1.3 Ensino Fundamental de nove anos

Na implantação do ensino fundamental de nove anos o Município cumpriu todas as exigências contidas na Deliberação 02/2007, do Conselho Estadual de Educação do estado do Paraná, matriculando os alunos com 6 anos ou a completar no decorrer do ano letivo, com assinatura pelos pais ou responsáveis do termo de responsabilidade pela antecipação da matrícula da criança; explicitação no Regimento Escolar; elaboração de Proposta Pedagógica adequada ao desenvolvimento dos alunos e comprovação da existência de vagas no ensino.

2.1.4 Indicadores de Qualidade do Ensino

2.1.4.1 Rendimento escolar

Tabela 2.3 - Taxa de aprovação e reprovação dos alunos do Ensino Fundamental da rede municipal, 2011 – 2014

2011		2012		2013		2014	
APR	REP	APR	REP	APR	REP	APR	REP
94%	6%	100%	-	100%	-	100%	-

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

Legenda: APR – Aprovação; REP – Reprovação.

Tabela 2.4 - Taxa de aprovação e reprovação dos alunos do Ensino Fundamental da rede estadual, 2011 – 2014

2011		2012		2013		2014	
APR	REP	APR	REP	APR	REP	APR	REP
218	12	189	25	172	23	167	37
88,98%	11,02%	88,32%	11,68%	88,21%	11,79%	82%	18%

Fonte: Secretaria Colégio Estadual Quatro Pontes, 2015.

Legenda: APR – Aprovação; REP – Reprovação.

2.1.4.2 Movimento escolar

Tabela 2.5 - Taxa de evasão dos alunos do Ensino Fundamental, por rede de ensino, 2012 – 2015

2012		2013		2014		2015	
Municipal	Estadual	Municipal	Estadual	Municipal	Estadual	Municipal	Estadual
0%	2,53%	0%	6,71%	0%	0,76%	-	-

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

2.1.4.3 Distorção Idade-Ano

Tabela 2.6 - Taxas de distorção idade-ano no Ensino Fundamental, 2012 – 2015

Ano	2012	2013	2014	2015
1º	20%	50%	27%	41%
2º	9%	27%	30%	26%
3º	11%	12%	41%	59%
4º	30%	12%	18%	19%
5º	30%	28%	15%	13%
6º	23,8%	23,9%	18,6%	10,6%
7º	15,4%	12,5%	22,2%	20,5%
8º	10,6%	17,0%	28,0%	30,4%
9º	17,0%	8,2%	6,5%	15,9%
1º	21,1%	27,5%	10,4%	10,3%
2º	10,4%	9,3%	3,2%	2,08%
3º	21,6%	8,3%	14,9%	2,9%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Colégio Estadual Quatro Pontes, 2015.

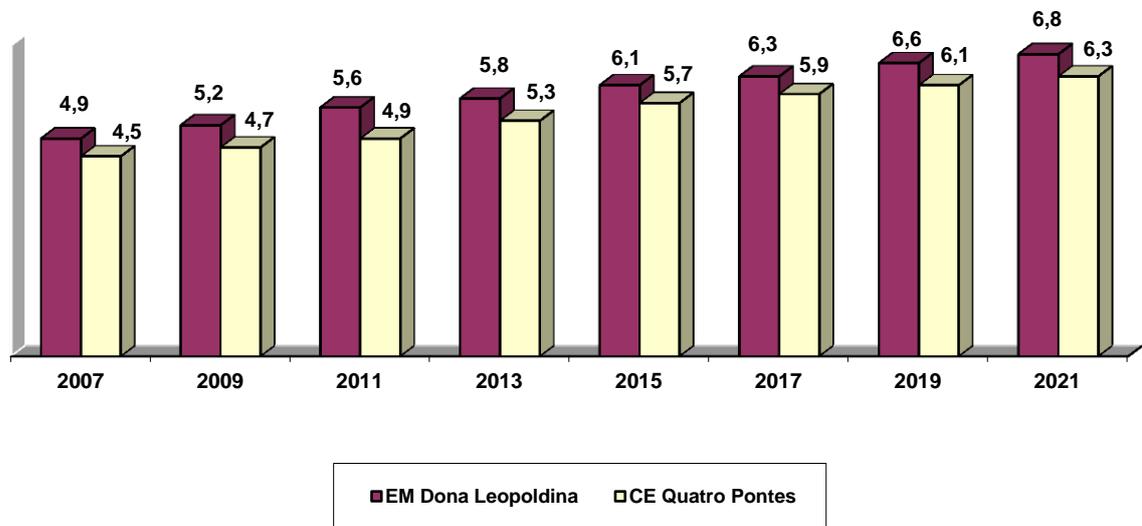
2.1.4.4 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB

Em 2007, o INEP elaborou um novo indicador da qualidade educacional, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB, que sintetiza informações de desempenho em exames padronizados como a Prova Brasil ou SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) com informações sobre o rendimento escolar (taxas de aprovação, reprovação e abandono) dos alunos do Ensino Fundamental e Médio.

Essa combinação entre o fluxo e a aprendizagem, é expressa em valores de 0 a 10 mostrando o andamento do sistema de ensino em âmbito nacional, nas unidades da Federação e dos Municípios.

Em Quatro Pontes os índices obtidos por instituição de ensino, estão ilustrados no gráfico a seguir.

Gráfico 2.1 - Projeções do IDEB para a rede municipal e a rede estadual de ensino, 2007 – 2021



Fonte: INEP, 2015.

Légenda: EM – Escola Municipal; CE – Colégio Estadual.

2.1.5 Recursos Humanos

As tabelas a seguir, mostram o quadro de Recursos Humanos da Rede Municipal de Ensino que atuam na Escola Municipal Dona Leopoldina, no Ensino Fundamental I e o quadro de Recursos Humanos do Colégio Estadual Quatro Pontes, Ensino Fundamental II.

Tabela 2.7 - Formação dos trabalhadores em educação do Ensino Fundamental da rede municipal – 2015

Cargos / Funções	Formação						Total
	EFI	EF	EM	MG	LIC	ESP	
Direção	-	-	-	-	-	01	01
Suporte Pedagógico	-	-	-	-	01	02	03
Docência (concurso)	-	-	-	-	03	17	20
Técnico Administrativo	-	-	-	-	01	-	01
Auxiliar de Biblioteca	-	-	-	-	01	-	01
Zeladora/Merendeira	-	02	05	-	-	-	07
Nutricionista	-	-	-	-	-	01	01
Auxiliar de docência	-	-	03	-	-	-	03
Total	-	02	08	-	07	21	38

Fonte: Direção da Escola Municipal Dona Leopoldina, 2015.

Legenda: EFI- Ensino Fundamental Incompleto; EF- Ensino Fundamental; EM- Ensino Médio; MG- Magistério; LIC – Licenciatura; ESP- Especialização.

Tabela 2.8 - Formação dos trabalhadores da educação do Ensino Fundamental da rede estadual – 2015

Cargos / Funções	Formação						Total
	EFI	EF	EM	MG	LIC	ESP	
Direção	-	-	-	-	-	01	01
Pedagogo	-	-	-	-	-	03	03
QPM	-	-	-	-	-	23	23
Agentes Educacional II	-	-	-	-	-	01	01
Auxiliar Administrativo	-	-	-	-	03	-	03
Agente Educacional I	-	-	04	-	01	-	05
Total	-	-	04	-	04	28	36

Fonte: Direção do Colégio estadual Quatro Pontes, 2015.

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; LIC – Licenciatura; ESP – Especialização; QPM – Quadro Próprio do Magistério.

2.1.6 Projetos

Diversos projetos são desenvolvidos nas redes de ensino, envolvendo alunos, professores, funcionários, pais e comunidade em geral.

Na rede municipal são desenvolvidos os seguintes projetos:

O Projeto Sem Fronteiras - Tecnologia Educacional, da Rede Municipal de Ensino, integra os conteúdos curriculares às atividades desenvolvidas com o uso do computador, procurando desta forma, melhorar a qualidade de ensino e ampliar as fronteiras do processo de aprendizagem.

O projeto Viagem de Estudos para Foz do Iguaçu, também faz parte dos estudos da geografia do Paraná. Na ocasião, os alunos são levados a conhecer não só a flora, como também a fauna local.

O Projeto JEPP (Jovens Empreendedores- Primeiros Passos) foi implantado em 2014 nas turmas iniciais do Ensino Fundamental, com o objetivo de fomentar a cultura empreendedora, procurando apresentar práticas de aprendizagem considerando a autonomia do aluno para aprender, indo ao encontro dos 4 pilares da educação propostos pela UNESCO:

- Aprender a conhecer;
- Aprender a fazer;
- Aprender a viver juntos;
- Aprender a ser.

Neste sentido, a Educação Empreendedora incentiva que o aluno busque o auto conhecimento, novas aprendizagens e o trabalho em grupo.

O Projeto do Trânsito Fundamental (DETRAN NA ESCOLA) foi implantado no ano de 2014, com o objetivo de desenvolver a percepção de risco, segurança e valorização da vida, pois segurança no trânsito é um direito de todas as pessoas, adotando assim, uma postura mais segura diante das várias situações que ocorrem no dia a dia em relação ao trânsito.

Está em fase de implantação o Projeto Aprova Brasil (Editora Moderna), com o objetivo de aperfeiçoar a competência leitora e a compreensão de enunciados e resolução de situações-problemas, competências estas, avaliadas em exames nacionais como Prova Brasil.

2.2 Diretrizes

No sentido de assegurar o preceito constitucional, que determina que o Poder Público deve ofertar o Ensino Fundamental gratuito, a administração municipal define, com base nas legislações vigentes para este nível de ensino, as seguintes diretrizes:

- Assegurar a universalização do Ensino Fundamental.
- Garantir aos alunos atendidos no Ensino Fundamental: uma escola de qualidade com implementação de padrões básicos de funcionamento dos prédios escolares; uma escola com foco na aprendizagem do aluno, voltada ao domínio das habilidades de leitura, interpretação, escrita e da lógica matemática; uma escola integradora, inclusiva e aberta à diversidade dos alunos.
- Valorizar os profissionais do magistério por meio da oferta de capacitação continuada específica.
- Garantir o acesso, a permanência e o sucesso do aluno na escola por meio: da oferta de vagas, de transporte escolar, de merenda escolar de qualidade.
- Garantir a melhoria da qualidade do ensino por meio da implementação do processo de avaliação educacional e aperfeiçoamento da análise educacional; da aplicação de projetos voltados a temas como drogas, prostituição infantil, violência, meio ambiente, cidadania, liderança, empreendedorismo, trânsito, Prova Brasil e outros.

Meta 2: Universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 80% dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste plano.

Meta 3: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Meta 4: Oferecer educação em tempo integral, de forma a atender no mínimo, 50% dos alunos matriculados na educação básica. */**

Meta 5: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria no fluxo escolar e aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias para o IDEB; 7,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental.

2.3 Estratégias

1 Assegurar, a partir da vigência deste Plano, a universalização do atendimento de toda a demanda do Ensino Fundamental no Município, garantindo o acesso e a permanência, com qualidade, de todas as crianças e adolescentes na escola.**

2 Assegurar que os projetos pedagógicos das unidades escolares da rede municipal de ensino, sejam revistos anualmente, com observância na legislação educacional vigente.

3 Estabelecer e garantir, que no início de cada ano letivo, seja previsto tempo para reformulação da proposta pedagógica das unidades escolares da rede municipal de ensino, com a participação de todos os profissionais da educação.

4 Realizar periodicamente, cursos e palestras para os profissionais da educação do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino, garantindo a capacitação continuada e a constante discussão sobre a prática educativa.

5 Garantir a continuidade e o incentivo ao acesso à leitura de textos científicos, obras básicas de referência, livros de apoio e acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e comunicação.

6 Garantir para toda a rede municipal de ensino, a oferta da educação ambiental, a ser desenvolvida como prática educativa integrada, contínua e permanente, conforme legislação específica.

7 Garantir a continuidade do ensino da Língua Inglesa, na Educação Infantil de 4 a 5 anos e Ensino Fundamental I.

8 Assegurar o apoio e o incentivo às organizações estudantis.**

9 Garantir a continuidade das relações de parceria e colaboração com os pais dos alunos, de modo a promover sua participação na comunidade escolar e uma comunicação fluente entre eles e a escola, como em reuniões, palestras e participação da APMF.

10 Assegurar e expandir o desenvolvimento de projetos sócios educativos ofertados à comunidade escolar.**

11 Assegurar parceria com o Município, Estado e a União, para a aquisição de livros de literatura, didáticos e paradidáticos para os alunos do Ensino Fundamental.*/**

12 Assegurar a efetiva participação de professores e equipe pedagógica no programa de avaliação e escolha do livro didático, bem como outros materiais afins, para a escola pública municipal, com objetivo de buscar qualidade e a unidade dos títulos.*

13 Assegurar junto às instâncias pertinentes (Conselho Tutelar, Desenvolvimento Social, Secretaria de Saúde), políticas de combate à violência na escola e capacitações de educadores para a detecção dos sinais de suas causas e principalmente, encaminhamentos quanto à procedimentos e tomadas de decisões, nos casos de alunos que apresentem comportamentos agressivos e outras situações que ultrapassem a competência da unidade escolar da rede de ensino, garantindo uma estrutura física e emocional.

14 Manter os padrões de infraestrutura para os estabelecimentos de Ensino Fundamental, definidos no Plano Nacional de Educação e nas normas vigentes, assegurando:

- a) ambientes com iluminação, insolação, ventilação e água potável;
- b) equipamentos tecnológicos para o ensino;
- c) adaptação dos ambientes para o atendimento aos alunos portadores de necessidades especiais;
- d) espaço para biblioteca com acervo atualizado;
- e) espaço para a prática de esporte e recreação;
- f) mobiliários, equipamentos e material pedagógico suficiente para o desenvolvimento do trabalho pedagógico;

15 Autorizar, somente construção e funcionamento de estabelecimentos de ensino que atendam aos requisitos de infraestrutura definidos em legislação.

16 Reformar e adequar em até 3 anos, o saguão (usado atualmente como refeitório) de acordo com as normas da Vigilância Sanitária.

17 Adquirir, no prazo de até 7(sete) anos, os terrenos na Rua Cruz Alta, ao lado do Ginásio do Complexo Escolar, para construir um auditório com capacidade para 1.000 pessoas.

18 Viabilizar em até 1(um) ano, mecanismos para o fechamento da Rua Cruz Alta, situada em frente à Escola Municipal Dona Leopoldina, com a finalidade de destinar uma área de lazer aos alunos, garantindo uma maior segurança aos mesmos.

19 Estabelecer, no prazo de até 2 anos, a instalação gradativa de uma tela interativa em todas as salas de aula da rede municipal de Ensino. Fornecer capacitação dos professores para o uso desta tecnologia e garantir um técnico permanente no quadro escolar, para assessorar, monitorar e fazer a manutenção dos equipamentos.

20 Assegurar a continuidade de fornecimento da merenda escolar de qualidade, para os alunos atendidos na rede municipal de ensino, com acompanhamento de nutricionista.*

21 Assegurar e implantar, transporte escolar em período integral para os alunos matriculados no Ensino Fundamental e que moram na zona rural e localidades distantes, observando-se os critérios estabelecidos pelo Órgão Municipal de Educação.*

22 Assegurar a elevação progressiva do nível de desempenho dos alunos do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino, mediante a aplicação de avaliações educacionais (Prova Brasil – 5º ano, Provinha Brasil – 2º ano, Prova ANA (3º ano) , de forma a detectar, analisar e criar estratégias para superar os índices negativos.

23 Garantir para a rede municipal de ensino, o fornecimento de materiais didático-pedagógicos e equipamentos necessários ao desenvolvimento da prática pedagógica.

24 Viabilizar mecanismos para corrigir o fluxo escolar, de forma que gradativamente, seja reduzido os índices de distorção idade-ano, nas turmas do Ensino Fundamental,***seguindo Deliberações e leis superiores.

25 Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a participação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;

26 Assegurar o desenvolvimento de projetos permanentes de incentivo ao cálculo matemático (Laboratório de Matemática) para os alunos do Ensino Fundamental objetivando minimizar as deficiências nesta área.

27 Assegurar a inclusão de procedimentos e ações voltadas ao combate do racismo, às discriminações, bem como ao reconhecimento, à valorização e ao respeito da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, em documentos normativos e de planejamento dos estabelecimentos de ensino da rede municipal.

28 Estabelecer mecanismos para que os professores da rede municipal de ensino, tenham apoio sistemático para a elaboração de planos, projetos, seleção de conteúdos e métodos de ensino, focados na História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, conforme Currículo Básico.

29 Assegurar o abastecimento de água tratada e com acesso adequado aos alunos em suas salas de aula.

30 Criar mecanismos que permitam uma estreita comunicação entre gestores e docentes do ensino fundamental de 1º (primeiro) ao 9º (nono) ano, no início e decorrer de cada ano letivo, para contribuir com a superação das dificuldades pedagógicas aferidas em instrumentos de avaliação, através de reuniões periódicas, grupos de estudo e cooperação mútua objetivando o bem comum da educação pública, gratuita e de qualidade;

31 Promover com apoio da União, a oferta da educação básica pública em tempo integral, de forma gradativa, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos alunos na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola; *

32 Institucionalizar e manter, através de programas governamentais, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio de instalação de quadras poliesportivas, laboratórios de matemática, física, química, informática, espaços para atividades culturais, auditórios, salas multifuncionais, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para educação em tempo integral; */**

33 Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários;

34 Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada de alunos matriculados nas escolas da rede pública de educação básica, por parte de entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino. Que estas entidades tenham caráter de formação para práticas pedagógicas sem ônus para a instituição escolar e demais participantes, sem direcionamentos e fins empresariais e de captação de clientela consumidora;

35 Atender às escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas na oferta de educação, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais;

36 Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais;

37 Estabelecer, construir, dialogar, implantar formas de avaliações que contemplem as características regionais, culturais e da dinâmica presente no universo escolar, heterogêneo e complexo. Com avaliações que representem esta complexidade;

38 Assegurar que:

a. No quinto ano de vigência deste Plano de Educação, pelo menos 70% (setenta por cento) dos alunos do ensino fundamental e do ensino médio, tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento) , pelo menos, o nível desejado;

b. No último ano de vigência deste Plano Municipal de Educação, todos os estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

39 Constituir, em colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, um conjunto nacional de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino;

40 Induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

41 Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e as estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores, profissionais de serviços e apoios escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

42 Aprimorar continuamente, os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino fundamental e médio, de forma a englobar o ensino de ciências nos exames aplicados nos anos finais do ensino fundamental, e incorporar o Exame Nacional do Ensino Médio, assegurada a sua universalização, ao sistema de avaliação da educação básica, bem como apoiar o uso dos resultados das avaliações nacionais pelas redes de ensino para a melhoria de seus processos e práticas pedagógicas;

43 Orientar as políticas da rede de ensino municipal e estadual de nosso município, de forma a melhorar as notas do IDEB, buscando uma educação de maior qualidade;

44 Fixar, acompanhar e divulgar bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do IDEB, relativos às escolas, às redes públicas de educação básica e aos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos alunos, e a transparência e o acesso público às informações de concepção e operação do sistema de avaliação;

45 Melhorar o desempenho dos alunos da educação básica, nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA, tomando como instrumento externo de referência, internacionalmente reconhecido, de acordo com as seguintes projeções:

a. Que sejam consideradas na análise das avaliações e posteriores encaminhamentos, o contexto social de cada estabelecimento escolar pois, alcançar as metas não significa culpabilizar somente o setor pedagógico da escola, mas todo o contexto escolar como questões sociais, econômicas e físicas;

Tabela 2.9 Índice do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, (PISA), 2015 - 2021

PISA	2015	2018	2021
Resultados em Matemática, leitura e ciências	438	455	473

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/>

46 Garantir transporte gratuito para todos os estudantes da educação do campo, na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;

47 Incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias para educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio a incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem à melhoria do fluxo e a aprendizagem asseguradas a diversidade de métodos de ensino em que forem aplicadas;

48 Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando a equalização regional das oportunidades educacionais;

49 Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais, para utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet;

50 Informatizar integralmente a gestão das escolas de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como manter programa nacional de formação inicial e continuada, para o pessoal técnico das secretarias de educação;

51 Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;

52 Garantir nos currículos escolares, conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e nº 11.645, de 10 de março de 2008 assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares educacionais, por meio de ações colaborativas com fórum de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;

53 Consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários, garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, considerada as práticas socioculturais e as comunidades indígenas e em língua portuguesa; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial;

54 Desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas na educação escolar para as escolas de campo, comunidades indígenas e quilombolas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os alunos com deficiência;

55 Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiência de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;

56 Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, desenvolvimento social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

57 Fortalecer, como colaboração técnica e financeira da União, em articulação com o sistema de avaliação, os sistemas estaduais de avaliação da educação básica, com participação, das redes municipais de ensino, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com fornecimento das informações às escolas e à sociedade;

58 Instituir, em articulação com o Estado, o Município e a União, programa nacional de formação de professores e de alunos para promover e consolidar política de preservação da memória nacional;

59 Promover a regulação da oferta da educação básica pela iniciativa privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação, segundo as normativas e regras educacionais direcionadas às instituições escolares já existentes na letra da lei;

60 Estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e comunidade escolar, uma vez que sejam consideradas características regionais, culturais e da dinâmica presente no universo escolar, heterogêneo e complexo;

61 Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do(a) aluno(a) com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade.

62 Promover parceria com as instituições que ofertam Educação Básica, identificando o perfil dos alunos de 5º (quinto) e 6º (sexto) ano que necessitam de apoio pedagógico (Sala de Apoio à Aprendizagem, Sala Multifuncional) para encaminhamentos com vistas à superação de suas defasagens e/ou atender necessidades especiais.

63 Realizar um diagnóstico no decorrer do ano letivo, identificando possíveis falhas no processo ensino-aprendizagem, para que as mesmas possam ser sanadas/superadas (acompanhamento dos conteúdos, relações humanas, quantidade de tarefas, provas).

3 ENSINO MÉDIO

3.1 Diagnóstico

3.1.1 Contexto

De acordo com material de leitura nos cadernos pedagógicos, do Programa Pacto Ensino Médio, sobre o atual contexto brasileiro no Ensino Médio, podemos dizer que temos vários desafios a enfrentar em nossa realidade educacional, quando a metade (50,9%) dos jovens entre 15 e 17 anos não frequenta o ensino médio e aproximadamente um terço (34,3%) ainda está, como repetente ou por ingresso tardio, no ensino fundamental. Utilizando dados da PNAD/IBGE, percebe-se que a taxa líquida de matrícula para essa população passa de 17,3%, em 1991, para 32,7%, em 1999, atingindo 44,2% em 2004 e 50,9% em 2009 (IBGE, 2010). Os indicadores apresentados são muito importantes, na medida em que expressam a exclusão de grande número de brasileiros do acesso à educação e da permanência na escola, assim como de outros direitos. A relação entre educação e participação no desenvolvimento social torna inadiável o enfrentamento dos problemas. Diante deste quadro, acredita-se que para chegar à universalização desta etapa de ensino, existem alguns desafios que permanecem para o ensino médio na realidade brasileira e para superá-los, sugere-se:

a) Desafio 1: Quebrar paradigmas culturais: Ao longo da história o Ensino Médio possuía a característica de ser ofertada “só para alguns” (para a elite e foco na propedêutica), na atualidade busca-se ser “para todos” (popular com dualidade: preparação para o trabalho x preparação para o vestibular);

b) Desafio 2: Altos índices de evasão e reprovação;

c) Desafio 3: Há registro de gradativo aumento no atendimento e oferta do Ensino Médio, como o aumento de 120% de matrículas em vinte anos, mas também há o desafio de melhorar a qualidade (educação atrativa e de qualidade) pois

apenas doze por cento dos alunos que concluem o ensino médio cursam o ensino superior, enquanto 88% não vão;

d) Desafio 4: Motivação: Inspirar os estudantes a terem novamente interesse pelos estudos;

e) Desafio 5: Intencionalidade: Qual a finalidade da Educação no Ensino Médio? Dados apontam que o aluno conclui o ensino médio, mas não está preparado para a vida e nem para o mercado de trabalho.

f) Desafio 6: Motivar professores e Universidades - Falta de professores. Outro problema do ensino médio é a falta de 170 mil professores na rede pública, em especial nas áreas de Química, Física, Biologia e Matemática. Mesmo com medidas de incentivo (bolsas integrais para cursarem a formação, não há procura para estas áreas).

g) Desafio 7: Planos e Políticas Educacionais coerentes com as necessidades e prioridades para cada instituição. Não transferir a responsabilidade ou “culpa” do fracasso educacional apenas para a instituição escola ou professores, mas, assumir que parte do processo da responsabilidade e qualidade cabe ao governo (federal, estadual) nas garantias de investimentos em recursos humanos (formação continuada, plano de carreira...), recursos estruturais e tecnológicos (escolas devidamente equipadas para as novas demandas/necessidades da sociedade atual).

3.1.2 Atendimento

O Colégio Estadual Quatro Pontes, situado na região central do Município, é o único estabelecimento de ensino que oferta este nível de ensino, nos períodos matutino, vespertino e noturno.

O Ensino Médio, considerado etapa final da educação básica, possui duração mínima de três anos, tendo como finalidade essencial aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos,

preparar para o trabalho e a cidadania do educando, aprimorar o educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

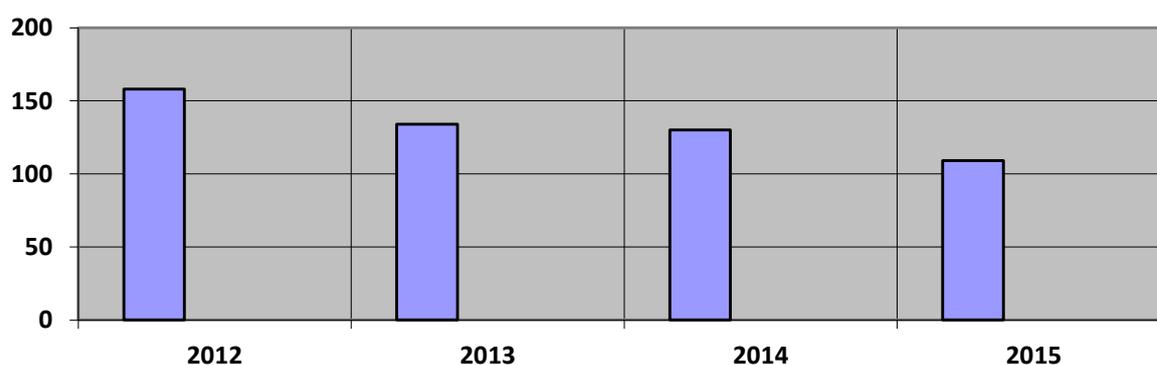
Tabela 3.1 - Formação dos trabalhadores da educação do Colégio Estadual Quatro Pontes para o Ensino Médio – 2015

Cargos / Funções	Formação						Total
	EFI	EF	EM	MG	LIC	ESP	
Direção	-	-	-	-	-	01	01
Suporte Pedagógico	-	-	-	-	-	03	03
Docência	-	-	-	-	-	38	38
Secretário escolar	-	-	-	-	-	01	01
Auxiliar administrativo	-	-	-	-	03	-	03
Auxiliar de Serviços Gerais	-	-	-	03	01	-	04
Total	-	-	-	03	04	43	50

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; LIC - Licenciatura; ESP – Especialização.

3.1.3 Matrículas

Gráfico 3.1 - Evolução do atendimento do Ensino Médio regular, 2012 – 2015



Fonte: Secretaria do Colégio Estadual, 2015

Tabela 3.2 - Total de turmas e matrículas do Ensino Médio Regular – 2015

Série	Turno	Número de alunos	Total turmas
1ª Ano	Matutino	14	1
1ª Ano	Vespertino	15	1
2ª Ano	Matutino	31	1
2ª Ano	Vespertino	17	1
3ª Ano	Matutino	22	1

3ª Ano	Noturno	10	1
Total		109	6

Fonte: Portal Educacional do Estado do Paraná, 2015.

3.1.4 Infraestrutura

O Colégio Estadual Quatro Pontes quanto ao espaço físico da instituição, ainda não possui toda sua estrutura construída e concluída. Possui partes isoladas que foram construídas pouco a pouco, o que muitas vezes trazem transtornos na organização do espaço escolar e no deslocamento entre as dependências, especialmente, em dias chuvosos.

A Instituição na sua construção física está organizada em três blocos de construções distintas, a saber:

a) Bloco Um: Construção em alvenaria de 131,21 metros quadrados, onde situa-se atualmente a Secretaria, Sala de Direção, Laboratório de Informática, Sala da Equipe Pedagógica e um banheiro(prédio do município, cedido para o uso do Colégio Estadual);

b) Bloco Dois: Construção em alvenaria de 722,33 metros quadrados, com três salas de aula, um laboratório de Biologia, Química e Física, sanitários, cozinha e lavanderia e hall coberto, (espaço cedido pela municipalidade)

c) Bloco Três: construção em alvenaria que disponibiliza oito salas de aula, sendo uma transformada em biblioteca (por não haver o espaço próprio), sanitários para educandos, feminino e masculino respectivamente, sanitário para professores (o mesmo para ambos os sexos) e que na verdade seria o banheiro adaptado para pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em 2010 inaugurou-se a quadra semidesportiva coberta, contudo, ainda permanece sendo o rodízio semanal de uso do Ginásio de Esportes, situado próximo às dependências e complexo escolar, entre a Escola Municipal, o Colégio Estadual e o CMEI.

De um modo geral, podemos dizer que as instalações do Colégio, apresentam-se regulares, uma vez que há muita deficiência no espaço físico e falta de equipamentos técnicos, tecnológicos e pedagógicos.

Tabela 3.3 - Análise da infraestrutura do Colégio Estadual Quatro Pontes – 2015

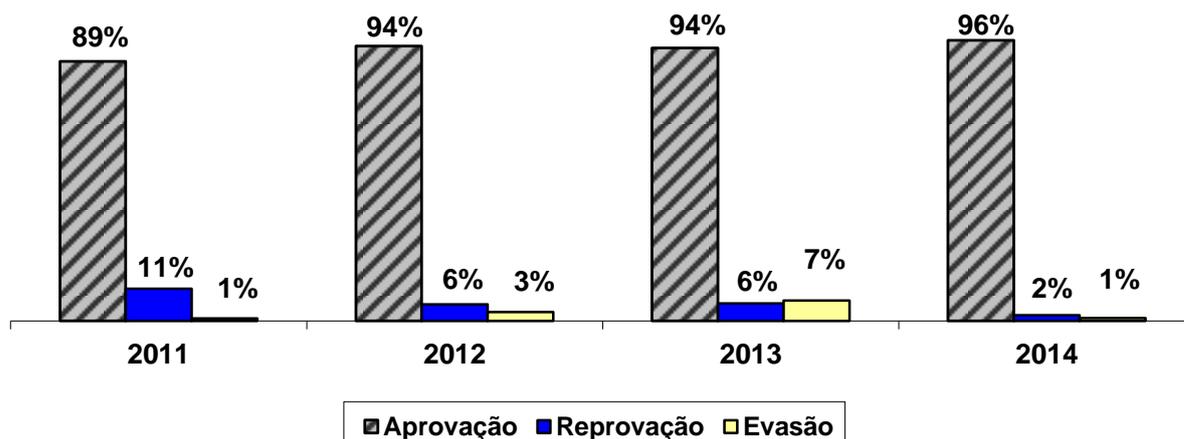
Itens avaliados	Situação			
	O	B	R	I
1. Espaço, iluminação, ventilação e insolação			X	
2. Instalações sanitárias e condições para a manutenção da higiene			X	
3. Espaço para esporte e recreação			X	
4. Espaço para a biblioteca				X
5. Adaptação para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais			X	
6. Instalação para laboratórios de ciências				X
7. Informática e equipamento multimídia para o ensino		X		
8. Atualização e ampliação do acervo das bibliotecas, incluindo material bibliográfico de apoio ao professor e aos alunos		X		
9. Equipamento didático-pedagógico de apoio ao trabalho em sala de aula		X		
10. Telefone e reproduutor de texto		X		

Fonte: Direção do Colégio Estadual Quatro Pontes, 2015.

Legenda: O – Ótimo; B – Bom; R – Regular; I – Inexistente.

3.1.5 Indicadores de Qualidade do Ensino Médio

Gráfico 3.2 - Taxa de aprovação, reprovação e evasão dos alunos do Ensino Médio regular do Colégio Estadual Quatro Pontes, 2011 – 2014



Fonte: Portal Educacional do Estado do Paraná, 2015.

3.1.5.1 Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM

Desde a sua instituição, em 1998, o Município, através dos estudantes que estão concluindo ou que já concluíram o Ensino Médio em anos anteriores, participa do ENEM. O ENEM é um exame individual, de caráter voluntário, oferecido anualmente a estes alunos com o objetivo de avaliar seu desempenho ao término da escolaridade básica, para aferir desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício pleno da cidadania. Além disso, o ENEM tem como meta possibilitar a participação em programas governamentais de acesso ao ensino superior, como o ProUni (Programa Universidade para Todos), por exemplo, que utiliza os resultados do Exame como pré-requisito para a distribuição de bolsas de ensino em instituições privadas de ensino superior.

O ENEM busca, ainda, oferecer uma referência para auto avaliação com vistas a auxiliar nas escolhas futuras dos cidadãos, tanto com relação à continuidade dos estudos quanto à sua inclusão no mundo do trabalho. A avaliação pode servir como complemento do currículo para a seleção de emprego.

No Município, como há somente o Colégio Estadual Quatro Pontes que oferta este nível de ensino, a secretaria da escola viabiliza todo o processo de inscrição para o ENEM.

Em 2013, dos 47 alunos matriculados, 39 participaram do ENEM, ou seja, uma participação de 83% dos alunos matriculados, alcançando resultados animadores como se vê na tabela a seguir.

3.1.5.2 SAEP e IDEB - Dados e Indicadores Educacionais: Conceitos e aplicações

As estatísticas desempenham um papel fundamental na área da educação e o seu respectivo desenvolvimento e aprimoramento social, para mensurar os resultados obtidos no decorrer dos anos e a necessidade de potencializar melhorias à instituição escolar. Neste intuito, utilizam-se recursos estatísticos para monitorar os progressos referentes ao cumprimento dos objetivos idealizados que, por sua vez, disponibilizam informações que fornecem as evidências necessárias à implementação e ao controle de políticas de desenvolvimento efetivas, desenvolvidas pela escola.

Dentre os vários indicadores educacionais utilizados pelas escolas para acompanhar seus desempenhos, destacam-se: o Instituto de Estudos e Pesquisas em Educação (INEP), que disponibiliza uma série de bases de dados e informações educacionais como aproveitamento e frequência, taxas de rendimento escolar (índices de reprovação, aprovação, aprovação pelo Conselho de Classe, Índices de

evasão e abandono). Prova Brasil, SAEB, SAEP (no Paraná) e também o IDEB, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

No SAEB participam alunos de 6º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3º do Ensino Médio. É uma avaliação por amostra, ou seja, nem todas as turmas e estudantes das séries avaliadas participam da prova. Essa amostra de turmas e escolas sorteadas é representativa das redes: estadual, municipal e particular do país, das regiões e dos estados. Não existe resultado do SAEB por escola e município.

De acordo com material postado no Portal Dia a Dia Educação pela própria mantenedora, o SAEP é uma avaliação externa realizada com alunos do Ensino Fundamental, Ensino Médio Regular e da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, organizada pela SEED como Política Educacional com objetivo principal de subsidiar a prática docente a partir do diagnóstico do estágio de aprendizagem dos alunos e definir ações prioritárias de intervenções voltadas para o processo de melhoria da educação. A avaliação é por meio de provas objetivas organizadas por área do conhecimento, além de questionários sócio contextuais, estes aplicados aos alunos, professores e diretores. São avaliados conteúdos desenvolvidos pelas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, conforme as Diretrizes Curriculares Estaduais e Caderno de Expectativas de Aprendizagem.

O IDEB é um índice criado pelo INEP para orientar as ações voltadas à Educação Básica em todo País. Composto por indicadores: taxa de aprovação (coletado pelo Censo Escolar da Educação Básica) e desempenho da prova Brasil ou SAEB.

O IDEB, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, é uma ferramenta criada pelo Ministério da Educação para avaliar as escolas brasileiras. O IDEB já teve cinco edições (2005, 2007, 2009, 2011 e 2013). O resultado sempre é divulgado no ano seguinte. Participam desta avaliação toda escola municipal e estadual de Ensino Fundamental, com exceção daquelas que ficam em áreas rurais.

O objetivo de medir a qualidade do ensino das escolas passa a ser uma ferramenta útil para a sociedade, em particular para os pais de alunos que frequentam a escola pública. Por meio dele, é possível comparar a avaliação da escola do seu filho com a das escolas da região e de outras cidades, além de permitir manter-se mais informado a respeito da Educação no Brasil, Estado e principalmente de sua Escola.

A meta do IDEB, é uma meta traçada pelo Ministério da Educação, com apoios de instituições não-governamentais, como a ONG Todos pela Educação, para que, em 2022, o Brasil tenha uma média 6 - média atual dos países desenvolvidos no PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos). O ano de 2022 é simbólico porque é o bicentenário da Independência do Brasil. Daqui até lá, porém, cada escola pode (e deve) traçar as suas próprias metas, dependendo das notas que lhe foram atribuídas no IDEB.

Figura 3.1 - Análise do IDEB no Colégio Estadual Quatro Pontes- IDEB PR

8ª série / 9º ano

Estado	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Paraná	3.3	4.0	4.1	4.0	4.1	3.3	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1	5.3

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/>

Figura 3.2 Análise do IDEB no Colégio Estadual Quatro Pontes - IDEB CEQP

8ª série / 9º ano

Município	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
QUATRO PONTES	4.5	4.6	4.6	4.8	5.1	4.5	4.7	4.9	5.3	5.7	5.9	6.1	6.3

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/>

3.1.5.3 Considerações

- Comparado aos resultados do Paraná (8º/9º ano) em todos os anos desde sua primeira edição o Colégio Estadual Quatro Pontes esteve acima da média;
- A tendência foi sempre melhorando os índices salvo em 2009 que manteve o mesmo índice;
- O único ano em que o colégio atingiu a meta projetada foi em 2007;
- Houve boa melhora no ano de 2013 (mesmo que não alcançou a meta projetada), visto que nos demais anos a tendência era a melhoria em um a dois pontos e neste ano de 2013 a melhora foi de três pontos considerando os resultados de 2011;
- Para se atingir a meta projetada na próxima fase de avaliação (2015) o Colégio Estadual Quatro Pontes precisa avançar “seis pontos”;
- Um dos motivos para a melhora nos índices foi orientar as escolas sobre a importância de levar estas discussões para a formação em ação, semana pedagógica, onde este tema também passou a ser mais discutido e priorizado.

3.1.5.4 Análise de Dados do SAEP

No momento houve apenas uma aplicação do SAEP sendo sua intenção inicial ser anualmente, uma no começo e outra no fim do ano letivo para os estudantes do 9º ano do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio. Outras ações na qual a mantenedora se comprometeu com esta iniciativa, ainda não ocorreram na íntegra., outras estão em fase de ajustes e adaptações.

Na primeira avaliação do SAEP, as escolas da rede estadual ficaram no padrão de desempenho básico tanto para Língua Portuguesa como em Matemática. Os padrões são: abaixo do básico, básico, adequado e avançado.

Pelo material divulgado na mídia os resultados apontam que os estudantes do Paraná em sua maioria, entram na segunda etapa do ensino fundamental (EF), ou 6º ano, sem ter o conhecimento adequado em Português e Matemática e saem do ensino médio (EM) na mesma situação. No caso da Matemática, a realidade é ainda mais preocupante (abaixo do desempenho básico).

3.1.6 Ações, Políticas e Programas Educacionais.

a) SEED

São ofertados dentro das ações, políticas e programas educacionais da SEED, programas complementares ao longo do ano letivo como forma de auxiliar no desenvolvimento humano pessoal e/ou profissional.

b) JOCOP´S – Jogos Escolares do Paraná

Os Jogos Escolares do Paraná são organizados pelo Governo do Paraná através da Secretaria de Estado da Educação (SEED), Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo (SEET), Núcleos Regionais de Educação (NREs) e Escritórios Regionais de Esporte (EREs) com apoio das Prefeituras Municipais e Entidades de Administração do Desporto do Estado.

Visam essencialmente integrar, socializar, inserir. Estes três verbos simbolizam a alma dos Jogos Escolares do Paraná. Evento em que reúnem estudantes entre 12 a 17 anos de idade das Escolas Públicas e Particulares que entram em quadra, campo, solo, tatame, raia, embalados pelo sonho de ser o melhor entre seus colegas competidores, cumprindo juntas os mesmos roteiros, a mesma disciplina. Sua conjugação é praticada nas regras e disputas, similares às dos esportes olímpicos para que os alunos possam vivenciar as mesmas sensações de seus ídolos. O espírito competitivo nestes jogos já é latente. Contudo, não é mais relevante do que a socialização, o prazer de fortalecer relações de amizade e companheirismo.

c) CELEM – Centro de Língua Estrangeira

É uma oferta extracurricular e gratuita de ensino de línguas estrangeiras aos alunos, professores, funcionários e também à comunidade. Promove o conhecimento da cultura das etnias formadoras do povo paranaense e ainda, favorece o aperfeiçoamento cultural e profissional dos participantes. Os cursos ofertados seguem duas modalidades de aprendizado: básico (320 horas/aula) e de aprimoramento (160 horas/aula). Atualmente são ofertadas duas línguas estrangeiras: Língua Espanhola e Inglesa. Em anos anteriores também havia a oferta da língua alemã, porém foi extinta por falta de matrículas suficientes para abertura de turma.

d) Preparatório para o Vestibular

Atende o macro campo: Mundo do Trabalho e Geração de rendas nos programas de contra turno. É ofertado no turno vespertino atendendo em média vinte alunos anualmente (desde 2011). Apresenta como objetivos principais:

- Promover uma educação voltada para o desenvolvimento com responsabilidade social através de uma formação integral de sua essência, capaz de formar cidadãos através do conhecimento (saber), valores pessoais (virtudes morais universais), convivência social (conviver) e a construção de um mundo sustentável pelo trabalho (fazer), contribuindo para o processo de civilidade do aluno-cidadão consciente de si no mundo.

- Utilizar metodologias associadas a grupo de estudos, empregar diversas fontes e recursos para o estudo das provas de vestibulares e do ENEM disponíveis nos sites das Universidades e do INEP.

- Proporcionar ao estudante do Ensino Médio da Rede Pública Estadual Paranaense, o domínio dos conteúdos básicos propostos no currículo básico do Ensino Médio através de leituras, estudos dirigidos aos estudantes, garantindo as condições necessárias e adequadas para realizar o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e concursos vestibulares em Instituições públicas e particulares da região.

e) Outros

Ofertam-se também, Viagens de Estudo e Lazer especialmente aos terceiros anos com Visitas à Feira das Profissões: UNIPAR, UNIOESTE, PUC, FASUL, FAG,

CESUMAR- Maringá, como auxílio à orientação vocacional, além de outras programações culturais, sócias, esportivas e educacionais organizadas e previstas na PPC, Proposta Pedagógica Curricular e/ou PTD (Plano de Trabalho Docente).

f) OBMEP – Olimpíada Brasileira de Matemática

Ao longo do ano letivo há outras participações em programas como: OBMEP – Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, Iniciativa do Ministério da Educação com o objetivo de criar um ambiente estimulante para o estudo da matemática entre alunos e professores de todo o país, além de mostrar a importância da matemática para o futuro dos jovens e para o desenvolvimento do Brasil.

g) SISMEDIO

O Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio no Paraná constitui-se em uma parceria do Ministério da Educação (MEC) com as Secretarias de Estado da Educação (SEED) e nove Universidades.

Essa parceria tem como objetivo promover a valorização da formação continuada dos professores e pedagogos que atuam no Ensino Médio público, nas áreas rurais e urbanas, em consonância com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - LDB) e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012).

A proposta de Formação Continuada para os Professores do Ensino Médio no Paraná, está sendo desenvolvida no período de julho/2014 a Agosto/2015 por meio de estudos, discussões e reflexões, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio – DCNEM. Estes estudos serão realizados a partir dos Cadernos produzidos pelo MEC, da Proposta da SEED e das contribuições sugeridas pelas Coordenações Gerais das nove IES parceiras no Pacto.

O curso ofertado tem como público-alvo os professores e pedagogos da rede estadual que atuam no Ensino Médio.

h) ProEMI - Programa de Ensino Médio Inovador

Trata-se de um programa de iniciativa do MEC, Ministério da Educação, instituído pela Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009, integra as ações do Plano

de Desenvolvimento da Educação – PDE, como estratégia do Governo Federal para induzir a reestruturação dos currículos do Ensino Médio com vistas a garantir o acesso à educação de qualidade aos jovens do ensino médio.

Tem como objetivo principal, apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de ensino médio, ampliando o tempo dos estudantes na escola e buscando garantir a formação integral com a inserção de atividades que tornem o currículo mais dinâmico, atendendo também as expectativas dos estudantes do Ensino Médio e às demandas da sociedade contemporânea.

3.1.6.1 Outros Parceiros

a) JAA, Jovem Agricultor Aprendiz

A partir de 2014, iniciou no estabelecimento a oferta do Programa JAA, Jovem Agricultor Aprendiz em parceria com o SENAR, Serviço de Aprendizagem Rural, desenvolvido a partir da necessidade de proporcionar aos jovens do meio rural conhecimento e qualificação de aprendizagem profissional rural para suprir problemas rurais identificados.

3.2 Diretrizes

O Ensino Médio, etapa final da educação básica, tem como finalidade a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, a preparação básica para o trabalho e a cidadania. Assim sendo, torna-se importante que o Poder Público Municipal, mesmo não sendo de sua competência a garantia da oferta desta etapa de ensino, trace diretrizes que visem apoiar o desenvolvimento deste nível de ensino, uma vez que serão atendidos os

seus próprios municipais. Além do apoio ao atendimento da demanda do Ensino Médio; ao desenvolvimento de programas e/ou projetos voltados ao meio ambiente, ao combate às drogas lícitas e ilícitas, à violência e à gravidez na adolescência; à integração entre as redes de ensino para favorecer os momentos culturais, também deverão ser firmadas parcerias entre o Município e o Estado para assegurar a oferta do transporte escolar aos alunos deste nível de ensino.

Meta 6. Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 95% (noventa e cinco por cento).

Meta 7. Fomentar a qualidade da educação para o Ensino Médio, de modo a atingir a média 5,5 no IDEB.

3.3 Estratégias

1 Institucionalizar programa nacional de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas, pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais.

Assim, entende-se que para isso seja necessário priorizar:

a) As práticas pedagógicas interdisciplinares, visando a integração entre teoria e prática são importantes assim como um currículo mais flexível e diversificado, a ampliação de parcerias com instituições de formação e/ou educação (Universidades, SENAI, SENAR, SEBRAE, EMATER, dentre outras da comunidade

e região) sejam no formato de atividades curriculares e/ou extra curriculares (programas e políticas educacionais de contra turno escolar), assim como o investimento na infraestrutura física e humana seja por parte da União, Estado ou Município.

b) Término da construção das dependências estaduais para o Ensino Fundamental (Anos Finais) e Ensino Médio. **

c) Quando ocorrem as atividades de contra turno, estas acabam priorizando os adolescentes e jovens da zona urbana, pela falta de condições de acesso de transporte dos vindos da zona rural. Na falta de acesso ao transporte muitos são excluídos de oportunidades educacionais, culturais e esportivas.

d) Sugere-se ainda a ampliação de campanhas de sensibilização e conscientização para o estudo desde o Ensino Fundamental. Entende-se que na municipalidade existem disponibilidades de vagas de matrículas no Ensino Médio nos diversos turnos, porém muitas vezes o que falta é o interesse, motivação do jovem para o estudo/aprendizado. As campanhas podem ser preventivas (palestras) ou compensatórias (bolsas de estudo, parceria com empresas com plano de carreira do funcionário conforme a graduação).

2 Garantir a fruição de bens e espaços culturais de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva, integrada ao currículo escolar;

3 Universalizar o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior; **

4 Ampliar os cursos preparatórios em horário contra turno: Preparatório para o Vestibular/ENEM, Gabaritando no ENEM, programas e ofertas de oficinas de redação no gênero textual dissertativo-argumentativo, em parceria com

universidades e outros parceiros, bem como grupos de estudos nas diversas disciplinas. **

5 Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas com deficiência;**

a) Entende-se que, para que ocorra esta expansão de matrículas, será necessário maior investimento na oferta de auxílio transporte para os jovens que queiram frequentar os cursos profissionalizantes nas cidades vizinhas, visto que no município não é ofertado nenhum curso profissionalizante em nível de Ensino Médio Regular;

b) Visitas de estudo em cidades com perfil semelhante ao do município para troca de experiências;

6 Estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de desenvolvimento social, saúde e proteção à adolescência e juventude;

7 Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de Desenvolvimento social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;

8 Fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e de adultos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar;

9 Redimensionar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos alunos;

10 Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino médio, garantida a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;

11 Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.

12 Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.

B - EDUCAÇÃO SUPERIOR

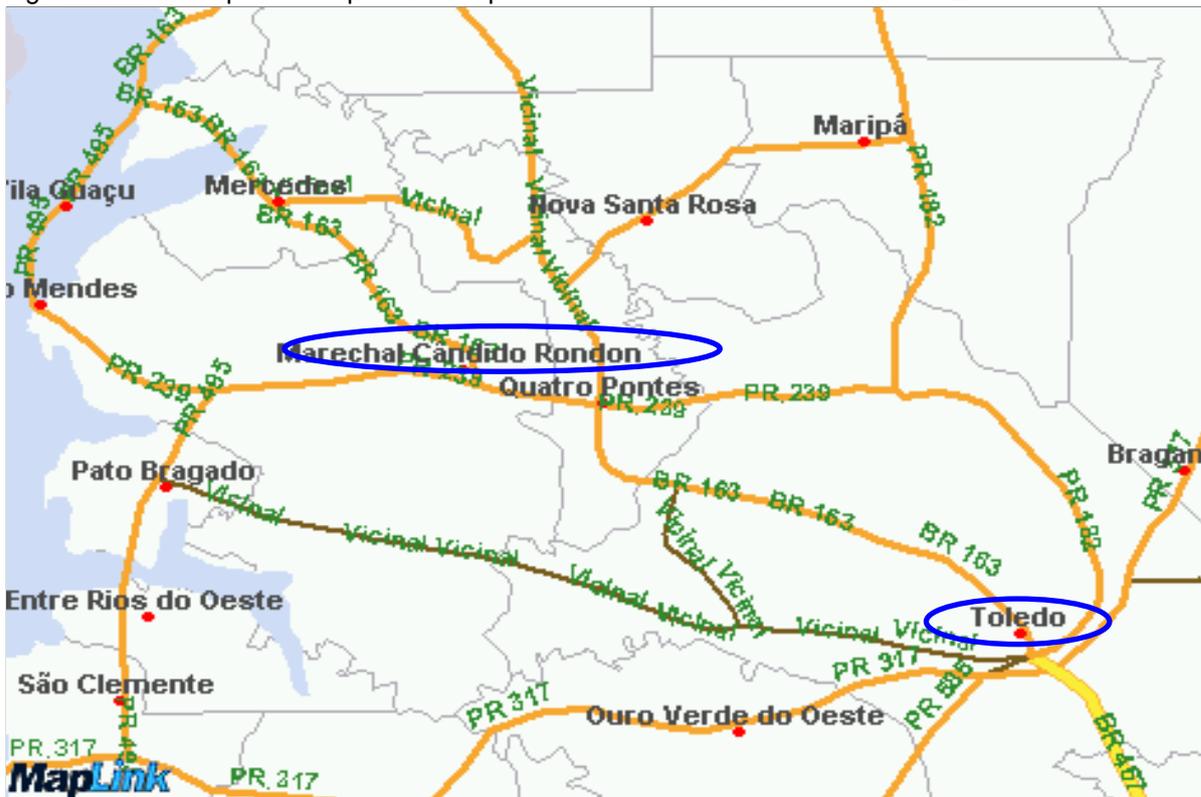
4 EDUCAÇÃO SUPERIOR

4.1 Diagnóstico

O Município de Quatro Pontes, de pequeno porte, muito embora ofereça qualidade de vida e ser terra de muitas oportunidades, ainda não consegue oferecer estrutura, principalmente orçamentária, que comporte criar e manter instituição de Educação Superior. Em vista disso, a busca por cursos superiores faz com que jovens procurem principalmente, faculdades ou universidades em municípios próximos.

A maior concentração de acadêmicos residentes em Quatro Pontes, é no município de Toledo, em instituições como a UNIPAR – Universidade Paranaense (particular), a UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (estadual), a FASUL – Faculdade do Sul do Brasil (particular), e a PUC – Pontifícia Universidade Católica. Há, também, procura pelos cursos oferecidos no Município de Marechal Cândido Rondon, onde há campus da UNIOESTE (estadual), e das faculdades particulares como a FALURB – Faculdade Luterana do Brasil e o ISEPE – Instituto Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. Regionalmente, em menor número de jovens, há procura por instituições nos Municípios de Cascavel, Guaíra, Palotina, Santa Helena e Foz do Iguaçu, além daqueles que têm condições e procuram por instituições em outros locais do Paraná, e outros Estados.

Figura 4.1 - Municípios mais procurados pelos acadêmicos de Quatro Pontes – 2015



Fontes: www.maplink.uol.com.br, 2015

Além dessas instituições, os jovens procuram cursos na modalidade à distância ofertados, entre outras instituições, pelo IESDE – Inteligência Educacional e Sistemas de Ensino, a qual oferece o Normal Superior; a UNOESTE – Universidade do Oeste Paulista, que oferta os cursos de Matemática e Letras; o CENECT – Centro Integrado de Educação, Ciência e Tecnologia, com curso de Administração. Proximamente há o polo de Toledo da UNOPAR, e localmente há a UNISOCIESC a qual oferta, entre outros, o curso de Pedagogia e alguns de pós-graduação, cuja telessala funciona atualmente na Escola Municipal Dona Leopoldina, no período noturno.

Em 2014, como política de incentivo, 207 acadêmicos estão sendo subsidiados com ajuda no custo do transporte, o qual é autorizado pela Lei Municipal nº 1441/2014, que autoriza essa concessão de auxílio para estudantes do nível superior, que estejam domiciliados no Município há mais de dois anos.

4.2 Diretrizes

No mundo contemporâneo, globalizado, a economia e cultura das nações estão diretamente relacionadas com o nível de conhecimento adquirido com políticas de Educação de qualidade. Não se pode visualizar o grau de desenvolvimento de um município, estado ou país, sem ensino superior de qualidade.

O Município deverá pesquisar as necessidades dos jovens locais a fim de fomentar políticas de interação com instituições de ensino superior, principalmente da região Oeste do Paraná, visando a adequação, ou mesmo a criação, de cursos de graduação e pós-graduação, no sentido de atender à demanda.

Meta 8. Dar continuidade no programa de auxílio-transporte para os estudantes de curso técnico e universitários, bem como ampliar este auxílio para 10% do salário mínimo, até o 5º ano de vigência do plano.

4.3 Estratégias

1 Divulgar aos estudantes do Ensino Médio quais os cursos superiores são oferecidos na região Oeste do Paraná e qual a forma de ingresso aos mesmos.

2 Incentivar, mediante ações nas escolas Fundamentais e de Ensino Médio, a elevação no nível de escolaridade da população de Quatro Pontes, seja na graduação e pós-graduação, por meio da oferta, entre outras, de palestras de sensibilização e campanhas educativas.

3 Garantir a ampliação do acervo da Biblioteca Pública Municipal, assegurando periodicamente, por meio de doações ou investimento de recursos

orçamentários do Município, a atualização do mesmo, com alguma ênfase na bibliografia exigida nos cursos superiores das instituições regionais.

4 Identificar e difundir aos estudantes do Ensino Médio do Município, quais áreas precisam ser atendidas na formação de especialistas, mestres e doutores, seja na área da docência, funcional ou pesquisa.

5 Pesquisar meios de contribuir com Cursos de Capacitação e Extensão.

6 Oferecer às instituições de Ensino Superior, local apropriado que possa ser utilizado como Unidade de Experimento, ou intermediar com proprietários de indústrias e agronegócios que possuam tal oferta.

7 Firmar convênios com instituições de Ensino Superior em áreas de interesse no desenvolvimento local.

8 Garantir espaço nas escolas municipais para o desenvolvimento de estágios supervisionados pela instituição responsável, aos acadêmicos que dele necessitem para complemento de formação, de acordo com critérios estabelecidos pelo Órgão Municipal de Educação.

9 Garantir por meio de parcerias com instituições de Educação Superior, a oferta de cursos superiores de graduação e de pós-graduação, na modalidade a distância, de acordo com a demanda existente, com projeção de melhorias na infraestrutura física e tecnológica.

10 Disponibilizar acesso público à Internet.

11 Desenvolver programas de acessibilidade de acadêmicos como estagiários na Administração Pública e privada do município, sejam nas indústrias, serviços e agronegócios.

12 Incentivar a criação e gestão de Associação de Estudantes (Ensino Médio e Superior).

V - MODALIDADES DE ENSINO

5 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

5.1 Diagnóstico

Visando suprir a necessidade de uma educação básica para jovens e adultos, que não tiveram oportunidade de concluir seus estudos em nível fundamental, foi criado no município de Quatro Pontes, através da Resolução nº 972, de 8 de abril de 2002, o Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA). Posteriormente, o Município pleiteou junto à SEED-PR (Secretaria de Estado da Educação do Paraná), a autorização de funcionamento do Ensino Fundamental – Fase I, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), na Escola Municipal Dona Leopoldina, garantindo dessa forma, maior autonomia no processo de ensino, dentro da realidade da população, porém a Fase I encontra-se desativada, por falta de público-alvo.

Para os interessados em concluir seus estudos em nível de 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, o Município oferece o PAC (Posto Avançado do CEEBJA – Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos), em parceria com o CEEBJA de Marechal Cândido Rondon. Estes alunos, também recebem merenda escolar e têm à disposição o acesso à biblioteca da Escola e o uso de equipamentos como televisão, retroprojetor e outros.

5.2 Diretrizes

A erradicação do analfabetismo, um dos grandes objetivos do Plano Nacional de Educação, depende do esforço integrado dos estados e municípios. Neste sentido, o Poder Público Municipal, mesmo tendo conquistado um Selo que lhe garante que está livre do analfabetismo, estará dando atenção especial à elevação do nível de escolaridade de sua população, implementando programas de alfabetização a todos que não tiveram acesso à educação na idade própria ou que ainda não concluíram o Ensino Fundamental.

Meta 9. Diagnosticar a taxa de analfabetismo da população do município, promover um fórum de discussões com a comunidade escolar, Conselho Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Educação para criação de programas visando a erradicação do analfabetismo.

5.3 Estratégias

- 1 Retomar os projetos de apoio das agentes de saúde comunitária, para localizar demandas educacionais no município.
- 2 Retornar o EJA Nível I na rede municipal.
- 3 Disponibilizar transportes noturno para estimular a correção de nível educacional a estudantes do campo.
- 4 Assegurar a capacitação continuada dos professores atuantes na Educação de Jovens e Adultos, respeitando as peculiaridades da realidade dos alunos inseridos nesta modalidade de ensino.**

5 Garantir espaço escolar com acessibilidade (rampas, barras, etc...) em todos os ambientes, bem como profissionais especializados ao atendimento no município.

6 Promover políticas públicas de acesso as aulas de informática no município.

7 Disponibilizar o atendimento diferenciado na biblioteca municipal.

6 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS e FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Diagnóstico

6.1.1 Educação à distância, educação tecnológica e formação profissional

Atualmente, temos duas telessalas em funcionamento no Município, instaladas na Escola Municipal Dona Leopoldina, onde são transmitidas aulas de cursos tecnólogos, de graduação, pós-graduação e de aperfeiçoamentos, em parcerias com instituições como a UNISOCIESC e InterBras.

Estes cursos são transmitidos via satélite e através de aulas gravadas em DVD, na modalidade a distancia, e oportunizam aos alunos um ensino de qualidade, com interação via e-mail, telefone e ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

Cada curso tem uma duração específica, variando de 2 a 4 anos na graduação, dependendo do curso, pós graduação e tecnólogos de 18 meses a 2 anos.

Já com relação à Educação Profissionalizante e Tecnológica, são ofertados no Município cursos através de instituições como a EMATER, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Sindicato Patronal e SENAR.

Os cursos oferecidos por estas entidades são financiados ou com recursos do governo, ou através de parcerias desenvolvidas com a SERT (Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho), com o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SENART (Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte), SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas),

SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e também a AMOP (Associação dos Municípios do Oeste do Paraná).

A ACIQUAP é uma parceira importante e bastante presente, e busca parcerias através de outras entidades, dentre elas as quais a regem, como CACIOPAR (Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná), FACIAP (Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná) e CACB (Confederação das Associações Comerciais do Brasil).

6.2 Diretrizes

A preocupação da sociedade com a qualidade do ensino, o crescimento da demanda por formação continuada e qualificação profissional e a constante evolução das tecnologias da informação e comunicação, colocam a Educação a Distância (EAD) como uma alternativa promissora para o atendimento educacional nesse cenário, disponibilizando maior acesso ao conhecimento a um número cada vez maior de pessoas.

A educação profissional e tecnológica deve estar sempre em busca de melhoramentos e levar ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, tendo em vista não só a formação de técnicos de nível médio, mas a qualificação, requalificação, profissionalização para pessoas com qualquer escolaridade, através de atualizações tecnológicas permanentes.

Meta 10. Ofertar cursos tecnológicos, profissionalizantes e ensino superior na modalidade EAD, de forma a atender a demanda do município.

6.3 Estratégias

1 Viabilizar um projeto para implantação, construção ou locação de uma sede específica, com equipamentos tecnológicos necessários para oferta de cursos nas modalidades EAD, Educação tecnológica e profissionalizante pela instituição que oferta os cursos.

2 Promover parcerias com empresas e instituições que ofertam cursos de capacitação profissional e tecnológica, nas modalidades presencial e a distancia, para disponibilizar à população outras alternativas de formação profissional;

3 Celebrar convênios com entidades e/ou instituições de ensino, para viabilizar a promoção de cursos, palestras e encontros voltados às áreas da agricultura com maior potencial no município;

4 Ampliar a capacitação profissional do agricultor, por meio de oferta de cursos com o SENAR, EMATER e demais organizações afins;

5 Desenvolver programas sistemáticos de treinamento de mão-de-obra, em conjunto com SESC, SESI, SENAI e SENAC, visando o desenvolvimento do setor econômico do município;

6 Viabilizar, por meio de parcerias com instituições públicas e/ou privadas, cursos voltados à Educação Empreendedora, como forma de garantir a formação inicial e continuada aos adolescentes e jovens inseridos ou não, no mercado de trabalho;

7 Estimular e apoiar a implementação de cursos de formação profissional e tecnológica, em parceria com instituições diversas, visando o pleno desenvolvimento e capacitação profissional no município;

8 Manter atualizado os cadastros, que já são realizados na ACIQUAP- Associação Comercial e Industrial de Quatro Pontes, no sentido de facilitar a identificação de mão-de-obra qualificada, pós formação nos cursos ofertados no município;

9 Assegurar a qualidade de ensino desta modalidade, através de estágio orientado e supervisionado por profissionais da própria instituição ofertante.

7 EDUCAÇÃO ESPECIAL

7.1 Diagnóstico

Até o ano de 2006, o Município não possuía nenhuma instituição especializada para o atendimento à Educação Especial, e os alunos com necessidades educacionais especiais eram atendidos no município de Marechal Cândido Rondon.

Em 2007, foi autorizado o funcionamento de uma Sala de Recursos na área da Deficiência Mental e Distúrbios de Aprendizagem e de uma Classe Especial – área de Deficiência Mental, na Escola Municipal Dona Leopoldina.

Desta forma, os casos que não podem ser atendidos no Município, são encaminhados para a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) de Marechal Cândido Rondon, bem como para a APADA – Associação dos Pais e Amigos de Deficientes Auditivos, na cidade de Toledo, por meio de convênio firmado entre a municipalidade e a instituição. Além disso, o transporte dos alunos também é realizado pelo Poder Público Municipal de Quatro Pontes.

Atualmente (2015), na Escola Municipal Dona Leopoldina, não há nenhum aluno sendo atendido na Classe Especial, mas há 3 (três) alunos na Sala Multifuncional.

Para dar atendimento à Sala Multifuncional e Classe Especial no Município, há professores com a formação exigida, e em constante aperfeiçoamento. Os próprios professores, juntamente com a equipe pedagógica da Escola e a Equipe Multifuncional, realizam as avaliações de crianças que apresentam distúrbios de aprendizagem ou necessidades educacionais especiais. A Proposta Pedagógica ainda está sendo elaborada para atender esta modalidade de ensino.

A infraestrutura das salas de aula da Escola Municipal Dona Leopoldina ainda não oferece condições físicas para atender crianças com deficiências físicas, visuais ou auditivas, uma vez que possui barreiras arquitetônicas como degraus, rampas inadequadas, ausência de corrimão e banheiros não adaptados. Possui material didático apropriado como livros em braille e não há professores e nem intérpretes com formação específica atuando na área.

7.2 Diretrizes

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, além das garantias fundamentais gerais das pessoas, assegurou também alguns direitos específicos das pessoas portadoras de deficiências, cujo atendimento educacional especializado deve ser realizado, preferencialmente, na rede regular de ensino (art. 208, III), o que foi também confirmado no artigo 179, IV da Constituição do Estado do Paraná.

Embasado nesta concepção e atendendo a legislação educacional que trata desta modalidade de ensino, o município de Quatro Pontes, define as seguintes diretrizes:

a. As escolas que oferecem serviços e apoio especializados voltados à Educação Especial deverão contar com: profissionais com especialização adequada ou capacitação na área; espaços físicos acessíveis; mobiliário e equipamentos adequados às necessidades especiais e à faixa etária dos usuários dos serviços; equipe multiprofissional, quando for o caso, constituída mediante parcerias nas áreas de educação, saúde, desenvolvimento social e outras; proposta pedagógica que inclua os serviços de apoio oferecidos e que contenha plano de capacitação continuada de todos os profissionais; inclusão, no projeto pedagógico, de ações e atividades que permitam aos alunos com necessidades especiais, vivências educativas, culturais e esportivas em conjunto com os demais alunos da escola.

b. Assegurar o encaminhamento do aluno, aos serviços educacionais especializados em instituições próprias, quando for caracterizada a necessidade desse atendimento.

c. Viabilizar a estimulação precoce e a aplicação de testes de acuidade visual e auditiva aos alunos matriculados na rede municipal de ensino.

Meta 11. Garantir e proporcionar o atendimento especializado, para os educandos com necessidades educacionais especiais, a partir da sua inserção na rede municipal de ensino: Ed. Infantil, Ensino Fundamental e Médio.

7.3 Estratégias

1 Contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB, as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que receberam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízos do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494, de junho de 2007;

2 Promover, no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observando que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, garantindo um profissional capacitado da área;

3 Fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas salas multifuncionais das escolas do município;

4 Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e alunos;

5 Estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas da saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (das) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

6 Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir acesso e a permanência dos (das) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades e superdotação;

7 Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos alunos surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto n° 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos artigos 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para surdos-cegos;

8 Garantir oferta de educação inclusiva, vedada exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;

9 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de desenvolvimento social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

10 Promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado;

11 Promover a articulação Intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, desenvolvimento social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;

12 Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processos de escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professor de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;

13 Incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observando o disposto no art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

14 Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino;

15 Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino;

16 Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo;

17 Organizar, a partir da vigência deste Plano, em parceria com as Secretarias Municipais de Saúde e Secretaria de Desenvolvimento Social, programas, bem como, profissionais especializados nas diversas áreas para ofertar, gradativamente, na rede municipal de ensino, a estimulação precoce (interação educativa adequada) para as crianças com necessidades educacionais especiais matriculadas na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

18 Assegurar, a partir da vigência deste Plano, nas capacitações continuadas ofertadas aos profissionais da educação da rede municipal de ensino, o atendimento básico voltado aos educandos especiais.

19 Garantir, a partir da vigência deste Plano, a aplicação anual de testes de acuidade visual e auditiva aos alunos da rede municipal de ensino, em parceria com profissional da área de saúde , de forma a detectar problemas e oferecer apoio adequado, em caso da constatação do problema.

20 Expandir com maior agilidade, a partir da aprovação deste Plano, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, o atendimento com médicos especialistas de acordo com as necessidades específicas dos alunos da rede municipal de ensino.

21 Garantir a oferta de educação para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 a 17 anos, assegurando o atendimento especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas.

22 Assegurar, a partir da vigência deste Plano, conforme a necessidade da clientela, a manutenção de classes especiais, salas de recursos ou outras alternativas pedagógicas, de forma a favorecer e apoiar a integração dos educandos com necessidades especiais em classes comuns na rede municipal de ensino, fornecendo-lhes o apoio adicional de que precisam.

23 Garantir transporte escolar com as adaptações necessárias aos alunos que apresentam dificuldades de locomoção.

24 Assegurar, a partir da aprovação deste Plano, no projeto pedagógico das unidades escolares da rede municipal de ensino, o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos.

25 Articular, após a aprovação deste Plano, as ações de Educação Especial, estabelecendo, de forma gradativa, mecanismos de cooperação com a política de educação para o trabalho, em parceria com organizações governamentais e não-governamentais, para o desenvolvimento de programas de qualificação profissional para alunos com necessidades educacionais especiais, promovendo sua colocação no mercado de trabalho.

26 Definir critérios de certificação para os educandos da rede municipal de ensino que não puderem atingir os níveis anteriores do Ensino Fundamental.

27 Viabilizar junto ao Programa Nacional do Livro Didático, a distribuição de livros falados, em Braille e em caracteres ampliados, de acordo com a demanda existente na rede municipal de ensino.

28 Adequar as escolas da rede municipal de ensino, para o atendimento aos educandos com algum tipo de deficiência, como forma de facilitar a sua aprendizagem.

29 Implantar quando houver demanda, o ensino da Língua Brasileira de Sinais, para os alunos surdos e, sempre que possível, para seus familiares e para os profissionais da rede municipal de ensino, mediante programa de formação, em parceria com organizações governamentais e não-governamentais.

30 Autorizar somente a construção de prédios públicos ou privados, que estejam em conformidade com as normas emanadas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), quanto ao atendimento de pessoas com necessidades especiais.

31 Viabilizar sempre que houver demanda, mecanismos de apoio à escolarização dos alunos com necessidades educacionais especiais, que frequentam a Educação de Jovens e Adultos na rede municipal de ensino.

32 Disponibilizar, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, na rede municipal de ensino, equipe multidisciplinar, para proporcionar o atendimento aos

alunos que necessitam de serviço educacional especializado, bem como dar suporte pedagógico ao professor do ensino regular e especial da rede municipal de ensino.

33 Implantar gradativamente, programas de atendimento aos alunos da rede municipal de ensino, que apresentam altas habilidades na área artística, intelectual ou psicomotora, de acordo com a necessidade.

34 Ofertar palestras com profissionais da área para as famílias adquirirem maior conhecimento em relação às necessidades especiais de seus filhos.

35 Desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da educação bilíngue para surdos;

VI - MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

8 FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

8.1 Diagnóstico

8.1.1 Plano de Carreira do Magistério Público Municipal

O Plano de Cargos e Carreira do Magistério Público Municipal de Quatro Pontes foi aprovado em primeiro de julho de 1998, por meio da Lei nº 248/98 e reelaborado pela Lei nº 975/2009.

A estrutura da carreira é dividida em 3 (três) níveis:

- Magistério e Licenciatura Plena;
- Magistério e Licenciatura Plena com especialização em nível de Pós-graduação na área da educação;
- Magistério e Licenciatura Plena com Mestrado e ou Doutorado.

Os percentuais pela progressão por titulação são:

- Magistério e Licenciatura Plena: 25%.
- Magistério e Licenciatura Plena com especialização em nível de Pós-graduação na área da Educação: 30%.
- Magistério e Licenciatura Plena com Mestrado e ou Doutorado: 35%.

A progressão funcional ocorre observando a atuação e qualificação do docente no trabalho, a partir de sua efetivação, com um interstício de 24 meses,

podendo obter um adicional de até 3% (três por cento) para todos os funcionários, sobre o salário base, conforme regulamento e obedecido os seguintes critérios:

- dedicação exclusiva ao cargo no Sistema Público de Ensino;
- avaliação de Desempenho;
- exames periódicos de Aferição de Conhecimentos na área em que o professor exerça a docência de conteúdos pedagógicos;
- por qualificação através de realizações de cursos na área da Educação, conforme o decreto 114/10, de 12 de novembro de 2010;
- não havendo outra forma de promoção.

Os profissionais da educação recebem gratificações quando assumem as funções de:

- Direção - 30% do vencimento inicial da carreira;
- Função de suporte pedagógico – 15% do vencimento inicial da carreira

A jornada de trabalho do docente é de 20 horas semanais e do Educador Infantil é de 30 horas semanais, dividido em horas/aula, (período de tempo destinado à regência de classe) e horas atividades, correspondendo a 33% (trinta e três por cento) da jornada de trabalho, dedicada pelo docente para preparar, planejar e avaliar o trabalho didático, participar de reuniões e aperfeiçoar seu trabalho profissional.

Os vencimentos iniciais da carreira do magistério compreendem três cargos:

- Professor habilitado, com salário base inicial de R\$ 1.081,45.
- Professor habilitado em Educação Física, com Licenciatura Plena, R\$ 1.081,45 para cada 20 horas.
- Educador infantil, com salário base de R\$ 1.089,05

8.1.2 Quadro funcional da rede municipal de Ensino

O quadro de profissionais da rede municipal de ensino é composto pelos cargos e funções apresentados nas tabelas 9.1 e 9.2.

Tabela 8.1 - Quadro funcional dos profissionais da educação da rede municipal de ensino, Escola Municipal Dona Leopoldina e CMEI (Centro Municipal De Educação Infantil) – 2015

Função	Carga horária	Formação				Total
		MAG	LIC	ESP	MES	
Direção (Escola)	40	-	-	01	-	01
Direção (CMEI)	30			01		01
Supervisão (Escola)	40	-	01	-	-	01
Coordenação (Escola)	20			02		02
Coordenação (CMEI)	30	-	-	01	-	01
Docentes	20	-	01	09	-	10
Docentes	40	-	-	06	-	06
Educador Infantil	30	01	05	05	-	11
Total		01	07	25	-	33

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

Legenda: MAG – Magistério; LIC – Licenciatura; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

Tabela 8.2 - Quadro funcional dos demais trabalhadores da educação da rede municipal de ensino – 2015

Cargo	Carga horária	Formação				Total
		EF	EM	LIC	ESP	
Assistente Administrativo	40	-	-	01	-	01
Auxiliar de secretaria	40	-	-	01	-	01
Auxiliar de Biblioteca	40	-	-	-	01	01
Merendeiras/Zeladoras	40	-	10	-	-	10
Nutricionista	20	-	-	-	01	01
Total		-	10	02	02	14

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

Legenda: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; LIC – Licenciatura; ESP – Especialização.

Em relação à capacitação continuada, os profissionais da educação têm a garantia da participação de, no mínimo, 50 horas de cursos, oferecida pela Secretaria de Educação

8.2 Diretrizes

A formação e a carreira dos profissionais da educação são fatores determinantes na garantia da qualidade no ensino. Neste sentido, são imprescindíveis políticas educacionais que valorizem o magistério e a carreira do professor. Para tanto, é necessário que se observem as seguintes diretrizes:

- Garantia aos profissionais da educação de um Plano de Carreira com piso salarial próprio, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação;
- Oferta de aperfeiçoamento profissional continuado a todos os profissionais na área de educação;
- Progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação de desempenho;
- Período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
- Condições adequadas de trabalho.

Além da valorização do magistério, há que se estender esta valorização para os demais trabalhadores da educação, ou seja, os profissionais que atuam nas secretarias das escolas, na biblioteca, nas áreas de limpeza e conservação do ambiente escolar, nos serviços da merenda e nos portões das escola, onde se recebe e libera os alunos. A estes profissionais, deve-se garantir também a oferta de capacitação continuada, uma vez que as funções que exercem são importantes para o desenvolvimento dos processos educacionais, especialmente no âmbito do coletivo.

Meta 12. Reelaboração do Plano de Cargos e Salários dos profissionais da Educação.

Meta 13. Assegurar que todos os profissionais na área de Educação Infantil e Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em cursos de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 14. Formar, em nível de pós-graduação, 100%(cem por cento) dos professores da educação infantil e básica, até o sexto ano de vigência deste plano, e garantir a todos os profissionais da educação infantil e básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações do sistema de ensino.

Meta 15. Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação infantil e básica de forma a equiparar seu rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste plano.

8.3 Estratégias

1 Garantir em até seis meses, a reformulação do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, com a participação de comissão instituída, composta por representantes dos profissionais do magistério, contemplando:

- a) Cargos dos profissionais da educação com funções de magistério;
- b) Funções de magistério: docência e suporte pedagógico direto à docência;
- c) Requisito mínimo para o exercício das funções de suporte pedagógico: experiência de, no mínimo, de três anos de docência e graduação em pedagogia ou pós-graduação específica;
- d) Ingresso na carreira de acordo com a habilitação.
- e) 33% (trinta e três por cento) de hora atividade aos profissionais no exercício da docência, a ser desenvolvida de acordo com a proposta pedagógica das unidades escolares e em consonância com a proposta emanada pelo Órgão Municipal de Educação;
- f) Instituição de regime suplementar até o máximo de 20 horas semanais;
- g) Gratificações: pelo exercício de direção, coordenação pedagógica, supervisão e orientação ou assessoria pedagógica;

h) Mudança de nível de acordo com a habilitação e de forma automática, vigorando no mês subsequente àquele em que o profissional da educação apresentar comprovante da nova habilitação;

i) Progressão na carreira através de mudança de nível de habilitação e de promoções periódicas;

j) Sistema de avaliação dos profissionais da educação contemplando: desempenho, qualificação e conhecimento.

k) Processo de avaliação elaborado com a participação dos profissionais do magistério;

l) Avaliação de conhecimentos abrangendo conteúdos específicos para o exercício das funções de magistério e associada às atividades de capacitação promovidas pelo Órgão Municipal de Educação;

m) Processo de avaliação dos profissionais através de comissão constituída por representantes dos professores e do Órgão Municipal de Educação, de forma paritária;

n) Oferta de no mínimo, 50 horas anuais de capacitação continuada;

o) Cedência para outros órgãos ou funções que não do magistério, desde que seja sem ônus para o Órgão Municipal de Educação, ou com compensação;

p) Interstício para promoção por mérito a cada dois anos;

q) Continuidade de progressão na carreira aos profissionais da educação que atingirem o último nível na tabela de vencimentos e que não estejam aptos à aposentadoria.

2 Garantir que as reformulações do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, sejam acompanhadas por uma comissão composta por representantes dos profissionais do magistério de forma paritária e democrática.

3 Garantir a realização de concurso público para atuação na rede municipal de ensino, desde que comprovada à existência de vagas e a indisponibilidade de candidatos aprovados em concurso anterior.

4 Estabelecer mecanismos de incentivo e apoio, por meio de crédito educativo e/ou licença remunerada, aos professores da rede municipal de ensino,

para poderem frequentar cursos de pós-graduação pós-graduação *stricto sensu* na área da educação.

5 Assegurar que a escolha dos diretores das instituições de ensino da rede municipal ocorra por meio do processo de eleição pública, fixada com regras claras, considerando mérito e desempenho para a nomeação e exoneração na função.

6 Assegurar aos diretores das instituições de ensino da rede municipal de ensino, a oferta, a cada novo mandato na escola, de capacitação específica sobre gestão democrática, visando o aprofundamento das discussões sobre a organização administrativa e pedagógica do espaço público escolar.

7 Garantir a oferta pelo Órgão Municipal de Educação, de no mínimo 16 horas anuais de programas de capacitação ou formação continuada, aos demais trabalhadores da educação, que atuam nas instituições de ensino da rede municipal.

8 Estabelecer ações efetivas, especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

VII - FINANCIAMENTO E GESTÃO

9 FINANCIAMENTO E GESTÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

9.1 Diagnóstico do Financiamento

Os dados relativos ao Financiamento da Educação mostrados neste capítulo, foram disponibilizados pela Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal. Somente de posse dos dados sobre os recursos financeiros disponíveis para a Educação é que será possível planejar as ações educacionais para o Município.

As tabelas que seguem são demonstrativas da origem e do destino destes recursos, sendo possível verificar que o Município tem aplicado mais de 25% da receita de impostos destinados à educação, conforme determina o artigo 212 da Constituição Federal.

A tabela 10.1 mostra que a arrecadação dos impostos municipais vem crescendo ano a ano. Este fato se deve ao aumento de loteamentos, dos prestadores de serviços e do próprio crescimento do comércio, por meio da atuação da Associação Comercial e Industrial de Quatro Pontes (ACIQUAP) que realiza campanhas para incentivar os munícipes a comprar no comércio local, como também houve um reajuste na tabela da avaliação de imóveis para fins de ITBI.

Tabela 9.1 - Impostos, 2012 – 2015

Impostos	2012	2013	2014	2015 (previsão)
IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano	86.552,29	100.680,45	113.357,35	150.381,00
Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza	80.403,50	92.119,05	115.217,07	82.147,75
ITBI - Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis	83.253,82	176.920,50	237.532,01	208.372,50

ISS - Imposto sobre Serviços	229.294,05	194.339,33	330.307,65	293.012,95
Total	479.503,66	522.054,80	665.681,81	733.914,20

Fonte: Setor da Contabilidade da Prefeitura Municipal, 2015.

Tabela 9.2 - Transferências Correntes, 2012 – 2015

Transferências Correntes	2012	2013	2014	2015 (previsão)
Cota-Parte do FPM	6.058.493,42	6.511.083,70	6.992.873,15	7.725.608,14
Cota-Parte do ITR	7.335,87	7.534,50	8.684,99	9.302,12
Transferência Financeira LC 87/96	43.249,32	42.207,59	42.374,40	58.344,30
Cota-Parte do ICMS	3.956.483,34	4.496.358,58	4.972.485,01	5.250.987,00
Cota-Parte do IPVA	409.417,41	437.683,25	514.575,14	551.250,00
Cota-Parte do IPI-Exportação	70.405,09	73.041,71	82.595,51	126.212,50
Cota-Parte do FPM 1%	268.834,51	289.021,30	310.171,39	319.070,39
Total	10.814.248,96	11.856.930,63	12.843.759,59	14.040.774,45

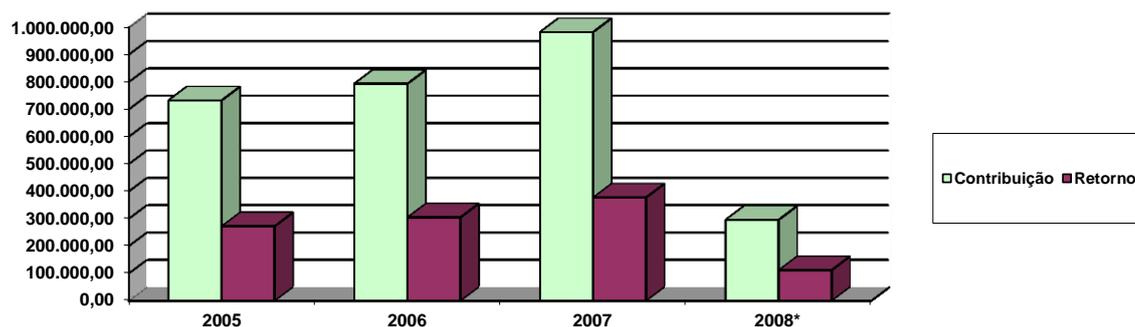
Fonte: Setor da Contabilidade da Prefeitura Municipal, 2015.

Tabela 9.3 - Convênios, 2012 – 2015

Convênios	2012	2013	2014	2015 (previsão)
Salário Educação	72.921,50	85.296,20	110.231,16	115.000,00
Transferência FNDE para Merenda Escolar – PNAE	26.532,00	35.480,00	33.858,00	42.900,00
FNAS – PAC (Fundo Nacional de Assistência Social)	82.750,00	97.450,00	106.362,64	195.180,38
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE	32.726,22	28.964,43	27.215,52	35.100,00
Prog. Estadual PNATE	66.439,22	73.083,15	65.774,79	0,00
Apoio a Creches – Brasil carinhoso	0,00	0,00	9.142,28	0,00
Apoio a Creches	1.258,02	0,00	0,00	0,00
Total	282.626,96	254.493,78	352.584,39	273.295,38

Fonte: Setor da Contabilidade da Prefeitura Municipal, 2015.

Gráfico 9.1- FUNDEB, 2012 – 2015



Fonte: Banco do Brasil / www.13.bb.com.br, 2015.

(*) Os valores de 2015 são equivalentes aos meses de janeiro a março.

Tabela 9.4 - Atendimento da rede municipal de ensino (de acordo com o censo), 2012 –2015.

Nível / Modalidade de Ensino	Matrículas		
	2012	2013	2014
Ensino Fundamental (excluindo EJA e Educação Especial)	215	224	229
Educação Especial	07	05	04
Educação de Jovens e Adultos	00	00	00
Creche Tempo integral	00	00	07
Creche Parcial	06	73	78
Pré-escola Parcial	56	71	80
Atendimento especializado	01	00	00
Total	329	373	391

Fonte: INEP/MEC – Censos Educacionais, 2015.

Tabela 9.5 - Total aplicado no Ensino Fundamental e na Educação Infantil, 2012 – 2015.

Níveis de Ensino	2012	2013	2014	2015 (previsão)
Ensino Fundamental	1.524.405,32	1.413.508,87	1.807.809,25	1.684.126,13
Educação Infantil	289.242,92	267.610,37	388.431,89	345.062,31
Total Aplicado	1.897.121,05	1.779.510,28	2.316.953,46	2.029.188,44

Fonte: Setor da Contabilidade da Prefeitura Municipal, 2015.

Tabela 9.6 - Custo Médio Aluno/Ano, 2012 – 2015.

Níveis de Ensino	2012	2013	2014	2015 (previsão)
Ensino Fundamental	2.176,69	1.788,69	1.812,50	2.373,60
Educação Infantil	495,97	1.494,22	1.752,19	1.982,25

Fonte: Setor da Contabilidade da Prefeitura Municipal, 2015.

Tabela 9.7 - Despesas da educação, 2012 – 2015.

Despesas	2012	2013	2014	2015 (previsão)
FUNDEF/ FUNDEB	759.011,42	819.937,44	976.633,42	862.724,93
Ensino Fundamental	1.524.405,32	1.413.508,87	1.807.809,25	1.684.126,13
Convênios/FNDE	206.011,18	128.159,71	505.297,13	150.100,00

Total	2.489.427,92	2.361.606,02	3.289.739,8	2.696.951,06
--------------	---------------------	---------------------	--------------------	---------------------

Fonte: Setor da Contabilidade da Prefeitura Municipal, 2015.

Tabela 9.8 - Despesas da educação com o FUNDEB, 2012 – 2015.

Despesas	2012	2013	2014	2015 (previsão)
Despesas com Professores (60%) - em %	90,47	92,76	84,86	95.13
Demais Despesas (40%) - em %	9,53	7,24	15,14	4.87
Total das Despesas - em %	100	100	100	100

Fonte: Setor da Contabilidade da Prefeitura Municipal, 2015.

9.2 Diagnóstico da Gestão

9.2.1 Organização

O órgão municipal de ensino responsável em gerir a rede municipal é denominado de Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes. As suas instalações se localizam no prédio da Prefeitura Municipal, composto por duas salas e contando com uma Direção Geral da Secretaria.

A rede municipal possui dois estabelecimentos de ensino, a Escola Municipal Dona Leopoldina e CMEI Cantinho Feliz. A equipe administrativa e pedagógica da escola é formada por uma Direção, uma supervisão e uma coordenação; o CMEI Cantinho Feliz conta com uma Direção e uma coordenação.

Tanto a escola como o CMEI possui como órgão colegiado o Conselho Escolar, composto por sete membros e presidido pela direção dos respectivos estabelecimentos.

Na Escola Municipal o trabalho de docência é realizado por 20 profissionais da educação e três estagiárias, no setor dos serviços gerais e merenda tem sete zeladoras/merendeiras, e no apoio administrativo: um assistente administrativo, uma auxiliar de biblioteca, uma nutricionista. No CMEI a docência é realizada por 10 (dez) profissionais da educação, no setor dos serviços gerais: cinco zeladoras/merendeiras.

9.2.2 Gestão da rede municipal de ensino

1 Proposta Pedagógica: elaborada pelo corpo docente e equipe pedagógica em conjunto com toda a comunidade escolar

2 A avaliação do rendimento escolar: a avaliação acontece diariamente, e se baseia nos quatro pilares básicos da educação: aprender a ser, a conviver, a fazer e a aprender. É feita de forma contínua através de registros e observações. O aluno é avaliado como um todo, no aspecto intelectual, social, cognitivo e emocional.

3 Conselho de Classe: reúne-se bimestralmente, com a finalidade de avaliar o rendimento do aluno.

4 Estudos de recuperação: acontecem em paralelo ao ensino regular, através de atividades diversificadas, direcionadas especificamente às dificuldades apresentadas pelos alunos. Como também com aulas no contra turno de reforço escolar do 1º ao 5º ano.

5 Regimento Escolar: realizado com a participação dos professores, funcionários e com o Núcleo Regional de Educação de Toledo.

9.2.3 Programas

1 Dinheiro Direto na Escola (PDDE): este programa consiste no repasse anual de recursos às escolas públicas do Ensino Fundamental (estaduais, municipais) e às do ensino especial mantidas por organizações não governamentais. Os recursos são destinados à aquisição de material permanente e de consumo necessário ao funcionamento da escola; à manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar; à capacitação e ao aperfeiçoamento de profissionais da educação; à avaliação de aprendizagem; à implementação de projeto pedagógico e ao desenvolvimento de atividades educacionais. O valor transferido a cada escola é determinado com base no número de alunos matriculados no Ensino Fundamental.

2 PDDE Escola Acessível: O Programa disponibiliza recursos, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, às escolas contempladas pelo Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. No âmbito deste programa são financiáveis as seguintes ações:

- a) Adequação arquitetônica: rampa, sanitários, via de acesso, instalação de corrimão e de sinalização visual, tátil e sonora;
- b) Aquisição de cadeiras de rodas, recursos de tecnologia assistiva, bebedouros e mobiliários acessíveis;

3 Brasil Carinhoso: veio para atender as famílias que possuem baixa renda, famílias que precisam de um incentivo financeiro para poderem sair da linha da pobreza. Através do cadastro único é possível participar do Programa Brasil Carinhoso 2015, porque o benefício é concedido para famílias que já possuem esse cadastro e que se encaixam nos requisitos.

4 Livro Didático: o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) distribui gratuitamente obras didáticas para todos os alunos das oito séries da rede pública de Ensino Fundamental. A definição do quantitativo de exemplares a ser adquirido é feita pelas próprias escolas, em parceria com as secretarias estaduais e municipais

de educação. Os dados disponibilizados pelo censo escolar realizado pelo INEP servem de parâmetro para o livro didático. O PNLD é mantido pelo FNDE com recursos financeiros do orçamento geral da União e da arrecadação do salário-educação.

5 PNBE (Programa Nacional Biblioteca na Escola) O Programa Nacional Biblioteca da Escola, tem como objetivo prover às escolas de ensino público das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, no âmbito da educação infantil (creches e pré-escolas), do ensino fundamental, do ensino médio e educação de jovens e adultos (EJA), com o fornecimento de obras e demais materiais de apoio à prática da educação básica. São distribuídos obras de literatura, de referência, de pesquisa e outros materiais como incentivo à leitura.

6 Material Didático Escolar: a Secretaria Municipal de Educação adquire materiais didáticos e envia para as escolas. Na escola esse material é fornecido aos alunos conforme a necessidade de cada um.

7 (PSE) Programa Saúde na Escola: programa que oferece atendimento às crianças, através de serviços odontológicos, psicológicos, fonoaudiológicos e oftalmológicos.

8 Bolsa-Família: concede benefício monetário mensal, às famílias com renda per capita menor que 154 reais. O principal objetivo deste programa é promover a educação das crianças de famílias de baixa renda, assegurando sua permanência na escola, por meio de incentivo financeiro.

9 (PNAE) Plano Nacional de Alimentação Escolar: desde o ano de 1995, o Município aderiu à municipalização total. Desta forma, o valor repassado pela União, Estados e Municípios é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino:

- Creches: R\$ 1,00
- Pré-Escola: R\$0,50
- Escolas Indígenas e quilombolas: R\$0,60
- Ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos: R\$0,30.
- Ensino integral: R\$1,00

- Alunos do Programa Mais Educação: R\$0,90
- Alunos que frequentam o Atendimento Educacional especializado no contra turno: R\$0,50

Estes são repassados de acordo com os dados do censo do ano anterior, para que seja feita a compra dos alimentos a serem elaborados para a merenda escolar, o ideal é que todo este recurso seja utilizado para a aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar. No entanto, estes recursos não são suficientes, sendo que o Município precisa complementar, a fim de proporcionar uma melhor qualidade na merenda escolar dos alunos.

10 Transporte Escolar: é oferecido para os alunos do Município que estejam a uma distância mínima de 2,0 quilômetros da escola que frequentam. A seleção para contratação de veículos para o Transporte Escolar se dá através de licitação, além dos veículos próprios da municipalidade. A frota própria é formada por três veículos próprios, sendo dois Micro-ônibus e um ônibus. O custo médio por quilômetro é de R\$ 2,24, e o custo por aluno/dia é de R\$ 5,53. A frota terceirizada totaliza 5(cinco) veículos, dos quais o custo gira em torno de R\$ 2,24 por quilômetro, e o custo aluno/dia é de R\$5,53. Os beneficiados são todos os alunos da rede municipal e estadual de ensino, da área rural do Município e que se deslocam para as escolas da sede; alunos que frequentam a Escola Especializada Pequeno Lar – APAE, de Marechal Cândido Rondon, APADA de Toledo.

11 Auxílio transporte: de acordo com lei Nº 1.581/15 de 11 de março de 2015 todos os municípios que frequentam faculdade e cursos técnicos em outros municípios tem o direito ao auxílio transporte, num total de R\$ 65,00 por mês.

12 Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE): consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congênere, para custear despesas com a manutenção de veículos escolares pertencentes às esferas municipal ou estadual e com a contratação de serviços terceirizados de transporte, tendo como base o quantitativo de alunos transportados e informados no censo escolar realizado pelo INEP relativo ao ano anterior ao do atendimento. Os recursos são repassados em parcelas iguais, entre os meses de janeiro à novembro, no valor de R\$ 110,66 por aluno/ano.

13 (PNAIC) Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa, no ano de 2013 em Língua Portuguesa e 2014 na disciplina de Matemática, consistem na formação continuada dos professores do 1º ao 3ºano com bolsa de estudos e materiais didáticos e pedagógicos.

14 Tecnologia Educacional - Programa Sem Fronteiras, este programa visa proporcionar uma integração entre conteúdos curriculares e atividade desenvolvidas com o uso do computador.

15 Programa Jovens Empreendedores - Aulas de Educação Financeira, visando estimular o desenvolvimento de ações empreendedoras nos alunos e a iniciativa própria. (Apoio - SEBRAE).

Tabela 9.9 - Transporte Escolar – 2015

Itinerário	Quilômetros rodados			Tipo de Veículo	Total de alunos transportados
	Manhã	Tarde	Total		
Linha São José; Linha Mato Grosso; Linha Três Vizinhos – Quatro Pontes.	50 km	50 km	100 km	ÔNIBUS	40
Linha Água Verde; Granja Becker; Linha Matias Lenz; Linha Sanga Leão; Linha Guaçu – Quatro Pontes.	84 km	-	84 km	ÔNIBUS	34
Linha Flor da Serra; Linha Três Voltas; Linha José Bonifácio; Linha Tereza; Bairro Itatiaia – Quatro Pontes.	50 km	50 km	100 km	ÔNIBUS	40
Linha Ita; Linha Lorenz; Linha São Vicente de Paula; Linha Sanga Funda – Quatro Pontes.	70 km	-	70 km	ÔNIBUS	38
Linha São João; João Pessoa – Quatro Pontes.	26 km	-	26 km	ÔNIBUS	43
Linha Souza Naves; Bairro Tropical – Quatro Pontes.	50 km	-	50 km	ÔNIBUS	16
Total					211

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

9.2.4 Órgãos colegiados

Os Órgãos Colegiados existentes na estrutura administrativa dos serviços educacionais são:

- Conselho Escolar: que tem por finalidade efetivar a gestão escolar, na forma de colegiado, promovendo a articulação entre os segmentos da comunidade escolar e os setores da escola, constituindo-se no órgão máximo de direção, sendo ele de natureza deliberativa, consultiva e fiscal.

- Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB: criado pela Lei nº 653/07, de 20 de março de 2014, com a função de fiscalizar a aplicação dos recursos no Ensino Fundamental. O Conselho é composto por representantes dos poderes Executivo e Legislativo, da sociedade civil, de professores e pais de alunos, com mandato de dois anos.

- Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE: tem como principal objetivo fiscalizar o Programa de Alimentação Escolar, que atende aos alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. O Conselho é composto por representantes dos poderes Executivo e Legislativo, da sociedade civil, de professores e pais de alunos, com mandato de dois anos. Fiscaliza a qualidade dos alimentos, desde a compra até a sua distribuição nas escolas.

- Conselho de Assistência: tem a função de auxiliar nas decisões e nos serviços educacionais. É composto por quatro representantes do poder público governamental e quatro representantes da sociedade civil organizada.

- Conselho Municipal de Saúde: composto por quatro representantes do poder público governamental e por quatro representantes da sociedade civil organizada.

- Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF): auxilia na arrecadação de fundos, através de promoções, visando contribuir com a melhoria das instalações do ambiente escolar.

- (COMSEA) Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. É uma instância de diálogo permanente entre a Prefeitura e a sociedade civil com o objetivo de garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável à população. Constitui-se como espaço de formulação, acompanhamento, monitoramento e controle das políticas e dos planos de segurança alimentar e nutricional, a partir da construção de mecanismos que garantam a participação efetiva e a transparência dos programas, das ações e dos recursos públicos e privados e dos critérios para sua concessão.

- Conselho Municipal de Educação: É um órgão colegiado municipal, de caráter permanente, representativo da sociedade civil, com funções mobilizadora, consultiva, propositiva, fiscalizadora, de controle social e de assessoramento à Secretaria Municipal de Educação, para estabelecer as políticas da Educação do Município.

9.3 Diretrizes

Qualificar cada vez mais a educação em Quatro Pontes é um dos principais objetivos deste Plano Municipal de Educação. Este objetivo só terá êxito se houver um trabalho integrado entre as escolas, a administração pública e a sociedade, com recursos financeiros suficientes para a sua implementação.

A universalização do acesso e a garantia de permanência de crianças, jovens e adultos nas escolas, a democratização da gestão, o financiamento e a qualidade social, dependem da articulação das ações dos diferentes setores envolvidos com a educação.

Estas ações devem estar vinculadas à consolidação de alternativas de sustentabilidade como a oferta de transporte escolar, de material didático, de merenda escolar de qualidade, do desenvolvimento de programas sociais e

educacionais e da valorização e qualificação dos profissionais da educação. Para tanto, é necessário que os investimentos na educação, sejam realizados por meio de um planejamento consciente e focado nas prioridades e necessidades reais do Município.

Meta 16. Revisar, reestruturar, atualizar e melhorar o plano de carreira de forma democrática, através de um fórum de discussões envolvendo os profissionais da educação, no prazo de seis meses, a partir da aprovação deste plano. Para torná-lo, um plano de carreira de qualidade e atrativo, que condiz com a real valorização desses profissionais;

Meta 17. Assegurar condições para a continuidade da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de méritos e desempenho e a consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

9.4 Estratégias

1 Garantir mecanismos de fiscalização e controle que assegurem o rigoroso cumprimento do art. 212 da Constituição Federal, em termos de aplicação dos percentuais mínimos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino.

2 Assegurar mecanismos destinados ao cumprimento previsto na LDB, dos artigos 70 e 71, que definem os gastos que podem e os que não podem ser incluídos como manutenção e desenvolvimento do ensino.

3 Assegurar nos próximos planos plurianuais, a previsão orçamentária necessária ao cumprimento das metas constantes deste Plano Municipal de Educação.

4 Apoiar tecnicamente as escolas da rede municipal de ensino, na reelaboração e execução de sua proposta pedagógica, visando o cumprimento das metas constantes neste Plano Municipal de Educação.

5 Assegurar a continuidade dos programas de capacitação do pessoal técnico da rede municipal de ensino.

6 Estabelecer e aderir após a aprovação deste Plano, programas diversificados de capacitação continuada a todos os profissionais que atuam na rede municipal de ensino, visando a melhoria do desempenho no exercício de suas funções.

7 Dinamizar as APMF's e os conselhos escolares, por meio da oferta de encontros, palestras e capacitação continuada presencial aos seus integrantes, com o objetivo de orientar suas práticas na participação do processo educacional.

8 Assegurar para a rede municipal de ensino, a promoção de programas contínuos de cunho esportivo, cultural e de lazer, enfatizando sua importância para a saúde física, mental e social.

9 Assegurar para a rede municipal de ensino, a promoção de programas contínuos e abrangentes voltados para a educação ambiental, educação no trânsito, de orientação sexual e de saúde preventiva (drogas e higiene pessoal).

10 Prever no edital do concurso para o magistério prova com questões objetivas, dissertativas, prova de títulos e aula prática com banca avaliadora;

11 Prever e garantir no plano de carreira dos profissionais da educação do município, licenças remuneradas para qualificação profissional em nível de pós-graduação *stricto sensu*;

12 Promover um fórum de discussões para ver a viabilidade de criação do fundo de previdência própria para o funcionalismo.

13 Buscar informações para implantar incentivos como vale alimentação e prêmio assiduidade para os funcionários;

14 Promover um fórum de discussões avaliativa anual do sistema de ensino do município, com representantes de pais, alunos e profissionais da educação de cada unidade de ensino, com o objetivo de buscar melhorias como também monitorar e avaliar as metas estabelecidas no PME;

15 Implementar um plano de ação anual das instituições de ensino em relação às atividades, recursos financeiros e infraestrutura em conjunto com Secretaria da Educação, Finanças, APMFs e equipe pedagógica.

16 Buscar a nível Federal e Estadual recursos financeiros e ampliar investimentos para poder atingir as metas do PME no prazo estabelecido;

17 Implantar um plano de ação anual da Secretaria Municipal de Educação, com cronograma de atividades e investimentos;

18 Oferecer espaços adequados e bem conservados para que o aluno possa se desenvolver intelectualmente e fisicamente;

19 Adquirir materiais didáticos e mobílias de qualidade, como também fazer a manutenção dos já existentes.

20 Calcular e divulgar anualmente, o custo aluno/qualidade, bem como buscar o aumento progressivo do investimento público em educação, com vistas a garantir a oferta de uma Educação Básica de qualidade para todos;

21 Associar a prestação de assistência técnica e ênfase de formação às demandas e projetos contemplados nos PPP das escolas, visando priorizar a melhoria da qualidade da educação;

22 Divulgar e incentivar o uso de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas, no âmbito da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, visando assegurar a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, bem como acompanhar os resultados nos contextos em que estas forem aplicadas;

23 Oportunizar o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação, mediante estabelecimento de parcerias e adesão a programas do governo estadual e federal;

24 Promover a tolerância e o respeito à diversidade, assegurando o acesso à inclusão e a permanência na educação;

25 Assegurar a inserção curricular da educação ambiental com foco na sustentabilidade socioambiental e o trato deste campo de conhecimento como uma prática educativa integrada, contínua e permanente;

26 Promover a integração escola-comunidade, visando ampliar as oportunidades de conhecimento e reflexão da realidade, bem como a vivência de experiências que contribuam para a busca da solução de problemas sociais;

(*) O cumprimento deste Objetivo/Meta depende da colaboração da União.

(**) O cumprimento deste Objetivo/Meta depende da colaboração do Estado.

VIII - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO

Para que o Plano Municipal de Educação de nosso município, alcance o sucesso, é de fundamental importância a mobilização e a vontade política das forças sociais e institucionais, bem como o acompanhamento e a sua avaliação constante, durante os dez anos de sua vigência.

Os objetivos e as metas, deste Plano, somente poderão ser alcançados se ele for concebido e acolhido como Plano do Município, mais do que Plano de Governo e, por isso, assumido como um compromisso da sociedade para consigo mesma. Sua aprovação pela Câmara Municipal, o acompanhamento e a avaliação pelas instituições governamentais e da sociedade civil são fatores decisivos para que a educação produza a grande mudança no panorama do desenvolvimento educacional da inclusão social e da cidadania plena.

É fundamental que a avaliação seja efetivamente realizada, a cada dois anos pelo Fórum Permanente, instituído com esta finalidade, pelos mais diversos setores da sociedade civil organizada, sendo que a primeira acontecerá no primeiro ano de sua vigência. Esta avaliação deve estar voltada à análise de aspectos qualitativos e quantitativos do desempenho do PME, tendo em vista a melhoria e o desenvolvimento do mesmo.

Para isto, deverão ser instituídos os seguintes mecanismos de avaliação e acompanhamento, necessários para monitorar continuamente, durante os dez anos, a execução do PME:

- De aferição quantitativa: que controlem estatisticamente o avanço do atendimento das metas, observando-se os prazos estabelecidos ano a ano;
- De aferição qualitativa: que controlem o cumprimento das metas, observando além dos prazos, as estratégias de execução das ações para medir o sucesso da implementação do PME.

Além da avaliação técnica realizada periodicamente pelo Fórum Permanente, deverá ser realizada também, audiências ou conferências a cada 4(quatro) anos , conforme a Secretaria de Educação organizar.

Os instrumentos de avaliação, instituídos como o SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, a Prova Brasil, o ENEM, o Censo Escolar e os dados do IBGE, são subsídios e informações necessárias ao acompanhamento e à avaliação do PME, os quais devem ser analisados e utilizados como meio de verificar se as prioridades, metas e estratégias propostas no PME estão sendo atingidos, bem como, se as mudanças necessárias estão sendo implementadas.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

Constituição Federal de 1988.

Deliberação nº 02/2003. Conselho Estadual de Educação. Institui normas para a Educação Especial, na modalidade da Educação Básica para alunos com necessidades educacionais especiais no Sistema de Ensino do Estado do Paraná.

Deliberação nº 02/2014 do Conselho Estadual de Educação. Institui normas para a Educação Infantil no Sistema Estadual de Ensino do Paraná.

Lei nº 9.394/96, de 23 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Lei nº 12.796/13, de 04 de abril de 2013. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Lei nº 11.494/07, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB.

Lei nº 13.005/14, de 25 de junho de 2014, que regulamenta o Plano Nacional de Educação.

Lei Orgânica do Município de Quatro Pontes. Promulgada em 13 de setembro de 1993.

Lei nº 004/08, de 22 de dezembro de 2008, que institui o Plano Diretor do Município de Quatro Pontes.

Lei nº 975/09, de 12 de novembro de 2009, que reformula o Plano de Carreira e de Remuneração do Magistério do Município de Quatro Pontes.

Lei nº 975/09, de 12 de novembro de 2009, Plano de Carreira e de Remuneração do Magistério do Município de Quatro Pontes.

Deliberação 02/2007, de 13 de abril de 2007, do Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná, que delibera as matrículas no Ensino Fundamental de 9 anos.

Lei 10.639/03, de 09 de janeiro de 2003, que trata do Ensino da História e Cultura afro-brasileira e africana

Lei 11. 645/08, de 10 de março de 2008, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

Resolução CNE/CEB nº2, de 30 de janeiro de 2012, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio

Portaria nº971, de 09 de outubro de 2009, que institui o ProEMI

Lei Municipal nº 1.441/14, 06 de março de 2014, que trata do auxílio transporte

Lei Municipal nº 1.581/15, de 11 de março de 2015, que altera a Lei nº 1.441/14.

Artigo 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Decreto nº 6.949/09, de 25 de agosto de 2009, que promulga a Convenção das Pessoas com Deficiência.